

PELA GREI

REVISTA PARA O RESSURGIMENTO NACIONAL
PELA FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO DE UMA OPINIÃO PÚBLICA CONSCIENTE

DIRECTOR ANTONIO SERGIO	N.º 2 1.º ANO — 1918	SECRETARIO A. REIS MACHADO
----------------------------	-------------------------	-------------------------------

EDITORA: Liga de Acção Nacional

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua do Salitre, 55, 3.º, Lisboa

COMP. E IMP. NA TIPOGRAFIA DO ANUARIO COMERCIAL, PRAÇA DOS RESTAURADORES, 24

1 de Maio de 1918

Insistindo . . .

DESDE que publicámos o primeiro numero de *Pela Grei* a Nação acentuou mais uma vez a sua inacreditavel abulia diante da crise que está sofrendo. De um lado a falta de dignidade, a bronca violencia, a penúria de ideas e de significação nacional na luta dos politicos; do outro a desorganização e a impotencia na massa confusa dos não-partidarios, dos legitimos representantes da GREI apatica, martirizada. As elites das varias classes — ou servas por interesse, ou cumplices por interesse e por comodismo — não tentam dar á Comunidade um plano de vida colectiva e uma organização eficiente, donde surgiria no país um verdadeiro espirito nacional e um apoio para quaisquer governantes que, não paralizados pela dependencia (quer das clientelas mendicantes, quer dos potentados oligarcas) tentassem tomar dentro do Estado o papel executivo que lhes compete numa obra de Ressurgimento. A Nação «deixa-se ir»; os interesses vis vão puxando; o despenhadeiro aproxima-se. . .

Dá-se isto quando nos campos de batalha dêsse mundo o melhor da nossa gente se sacrifica. Sacrifica-se — a quê? Sacrifica-se — por quê? Que destino damos nós a êsse sacrificio sem igual? Que é o que fazemos? Um insulto á mágua dos enlutados; um escárneo ao heroismo dos que morrem para que não venham

á Comunidade, por mãos de estranhos, as desgraças que nós próprios lhe causamos pelo nosso procedimento de todos os dias. Não poderia haver, em uns, maior inconsciencia; em outros, sacrificio mais absurdo.

Os politicos afiam as suas garras e a Nação deixa-se ir, na perspectiva de um estado social mais anarquico do que já temos, com um descrédito no mundo mais completo, com a ameaça estrangeira mais efectiva, com os odios internos mais intensos. Ninguem diria que se passa isto num momento de ansiedade para todos os povos do universo; quando se impôs aos beligerantes a necessidade de governos nacionais, com a propria colaboração dos inimigos das instituições; quando a Espanha, país neutral, recorre a um governo de concentração em que se unem os chefes de partidos que, dentro do regime, seguem as tendencias mais opostas; quando, enfim, temos a fome a pairar sobre os nossos campos, a indisciplina por toda a parte, uma situação economica alarmante, condições financeiras muitissimo criticas; quando se aproxima uma luta economica que, — todos o sabem — constitue uma ameaça terribilissima para os povos imprevidentes. . .

Em 1836, Alexandre Herculano aconselhava:

«Unamo-nos, pois, como irmãos, e abraçando-nos uns com os outros, caiam algumas lagrimas de reconciliação sobre esta terra tão regada de lagrimas de amargura, tão ensopada no sangue do fratricidio. Refloresçamos em nós a paz e a amizade: tenhamos um nome só, o de Portugueses, um só bando, o da Pátria.»

Isto se escreveu em 1836, numa epoca em que o conselho se impunha com uma evidencia muitissimo menor, com muito menos império que nos dias de hoje. Se as classes superiores do país não sentirem a necessidade de o seguir (e de o fazer seguir) como condição indispensavel da reforma que se impõe — revelam uma deminuta inteligencia da nossa actual situação.

A SITUAÇÃO ECONOMICA

Falencia

I — FACTOS E DEDUCÇÕES

Efeitos da guerra actual:

A estatística do *Comercio e Navegação* que á data (1.º de fevereiro de 1918) só atinge em publicação o mez de maio de 1916, não pode dar o aspecto actual da nossa economia, que só depois de 1916 é que ela sofreu uma perturbação consideravel, agora semana a semana em augmento.

Devemos tambem notar desde já que as estatísticas não podem ter o mesmo pezo de exactidão relativa que as de antes da guerra, porque novos factores vieram perturbar o comercio, dando novas faltas e inclusões, inherentes aos novos processos e aos novos ramos de actividade.

O *Comercio Especial*, não incluindo o valor do ouro e prata em barra e em moeda, apresentou em

Ano	Exp. Nacional e Nacionalisada Contos	Imp rtação para Consumo Contos	TOTAL Contos
Media 1903-1914.....	67.779,8	31.933,3	99.713,1
1914.....	69.330,7	27.146,0	96.476,7
1915.....	76.114,8	33.630,3	109.745,1

Em 1915 — no primeiro ano da guerra — o Comercio Especial foi, no total, um pouco maior que o de 1912, e cerca de 14.000 contos a menos que o de 1913, sendo este o culminante de toda a nossa vida passada, nos tempos modernos. A Importação tambem um tanto maior que a de 1912; mas cerca de 12.000 contos inferior á maxima de 1913; a exportação *menor* que a de cada ano de 1910 em deante, ou 1.600 contos menor que a maxima de 1913. — A' primeira impressão retrocedemos no comercio.

MOVIMENTO COMERCIAL POR CLASSES DA PAUTA

Diferença entre os valores da Importação para Consumo e os da Exportação nacional e nacionalisada, em

	Media da decada 1913-1914	1914 (a)	1915 (a)	Diferenças em 1915 para as medias da decada
1.ª Animaes vivos.....	882,2 <i>Sup.</i>	495,1 <i>Sup.</i>	580,1 <i>Sup.</i>	— 302,1
2.ª Mat. primas.....	21.618,9 <i>Def.</i>	22.868,3 <i>Def.</i>	30.285,1 <i>Def.</i>	+ 8.666,2
3.ª Fios, tecidos, feltros..	5.471,3 »	5.411,3 »	4.539,2 »	— 932,1
4.ª Subs. alimenticias....	19,8 »	4.946,2 »	1.013,2 »	+ 1.893,4
5.ª Aparelhos e maquinas	5.952,4 »	6.091,1 »	3.351,0 »	— 2.601,4
6.ª Manufacturas diversas	3.540,3 »	2.497,1 »	3.601,2 »	+ 60,9
Taras.....	126,0 »	177,3 »	117,1 »	—

a) — Os numeros de 1914 e de 1915 foram determinados pelos do *Boletim Com. e Mar.* de Dezembro de 1915.

Manteve-se o mesmo aspecto no comercio nacional no primeiro ano da guerra: diminuiu muito o *superavit* de Animaes vivos; cresceu o *deficit* de Materias primas quasi de metade do valor medio da ultima decada antes da guerra — quasi 9.000 contos de augmento — sem que houvesse a correspondente diminuição no *deficit* de Fios, tecidos, feltros e respectivas obras, que só diminuiu de 932 contos, sem a correspondente diminuição do *deficit* de Manufacturas diversas, que devia apresentar grande *superavit* em vez de ainda ter augmentado em 61 contos o seu *deficit* em relação á ultima decada antes da guerra: isto é: aquele acrescimo do *deficit* de Materias primas para as artes e industrias, se não ficou em laboração para exportações futuras (e veremos logo que não devia ter ficado), revela uma falta notavel na nossa economia e um agravamento muito grande da nossa miseria.

As substancias alimenticias não deram *superavit* em 1915 (bem pelo contrario); as maquinas uma diminuição de *deficit* em relação á decada 1903-1914 igual a 2.600 contos: ou seja importou-se em 1915 cerca de metade dos maquinismos que vinhamos a importar anualmente na ultima decada. — O trabalho nacional ficou privado de adquirir a ferramenta para a sua expansão, e até para a sua conservação.

*

Não podendo determinar, por falta de estatistica, os numeros do comercio por classes da pauta alem de 1915, vejamos se pelas exportações podemos deduzir a tendencia da nossa economia.

A Exportação nacional e nacionalisada — não incluindo o ouro e a prata em barra e em moeda — attingiu o maximo antes da guerra em 1910 com 35.724 contos; e manteve-se depois pela visinhança d'este numero (nunca baixando aos 34.000 contos redondos), até que em 1913 fechou com 35.286 contos, antes da

guerra. Em 1914 já desceu para 27.146 contos; em 1915 melhorou para 33.630 contos; em 1916, no 2.º da guerra, atingiu o valor extraordinario de 56.013,7 contos, dando a mais que em 1915 o valor de 22.383,5 contos, e apresentando por mais do maximo dos maximos da nossa Exportação moderna (1913) o valor de 20.727 contos. — A' primeira vista a nossa economia vae a melhorar muito com a guerra, o que não é verdade, pois foi quasi só o vinho, n'uma aragem comercial de grande favor, logo seguida de depressão irremediavel (quando a Espanha assegurava os seus mercados d'um modo vantajoso), que deu o maior contingente para esta ilusão de prosperidade — auxiliado pela cortiça, pela madeira (que afinal nos falta e vae para o esgotamento de todas as reservas), pela exportação de carvão mineral (que não temos, e a figurar com 2.842 contos de exportação a mais em 1916 do que em 1915), de volframio (que nos será necessario mais tarde, quando não o teremos), de sarro de vinho, de adubos para a agricultura (!) e de trapo... tudo artigos que não temos hoje em superabundancia, a não ser a cortiça, o vinho e o sarro — artigos que não revelam, afinal de contas, um trabalho scientifico da utilização da nossa terra agricola, ou da nossa actividade fabril, mas só um lastimavel desarranjo economico.

EXPORTAÇÃO POR CLASSES DA PAUTA (1)

	1915 Contos	1916 Contos	Diferença em 1916 para 1915
1.ª Animaes vivos	727	648	— 79
2.ª Materias primas	8.121	13.771	+ 5.650
3.ª Fios, tecidos, feltros	2.294	3.328	+ 1.034
4.ª Substancias alimenticias	20.191	33.771	+ 13.580
5.ª Aparelhos e maquinas	182	403	+ 221
6.ª Manufacturas diversas	4.849	4.541	— 308

Tambem á primeira vista, teria melhorado muito a nossa economia: maior exportação de materias primas, de fios e tecidos, e muito maior de substancias alimenticias. Mas os numeros, assim por grosso, enganam.

Comparando este com o quadro anterior, deduz-se que:

Os *Animaes vivos*, no 2.º ano de guerra continuaram a falhar na exportação; e sabemos pela alta do preço e pela carencia da

(1) Numeros da Export. de Portugal, da *Folha para Vulgarização A-II R8*.

carne, que não foi a guerra favorável ao augmento d'esta riqueza. — Ficamos muito longe das exportações de 3 a 5.000 contos por ano na ultima decada.

As *Materias primas* deviam ter apresentado no 2.º ano da guerra um *deficit* notavel, porque o augmento da exportação em 1916 está longe de cobrir só o augmento do *deficit* do Comercio especial de materias primas em 1915.

Os *Fios, tecidos e feltros* não deviam ter dado melhoria de valor á economia nacional, apesar de ter augmentado em 1.034 contos a exportação em 1916, em relação a 1915: porque continuamos a estar dependentes da materia prima estrangeira e da energia motriz estrangeira, agravadas de preço.

As *Substancias alimenticias* tiveram um augmento de exportação que quasi dobrou o valor em que vinham na decada 1903-1914; mas ao mesmo tempo a agricultura augmentava a sua incapacidade de dar o alimento da Grei, como logo veremos.

Os *Aparelhos e maquinas* foram exportados em maior valor, mas deixamos de importar os mais necessarios para a renovação e ampliação dos nossos meios de trabalho.

As *Manufacturas diversas* apresentaram uma baixa sensivel na exportação, comparada com 1915; embora a exportação correspondente a 1916 seja um valor muito acima da exportação media na decada 1903-1914: exportação media que não evitou um *deficit* medio anual muito grande na mesma decada (V. p. 15 de *Pela Grei*) porque as importações da mesma classe vinham a crescer muito mais depressa.

Classe I—Animaes vivos:

Gado	Decada 1903 a 1914		1914 (a)		1915 (a)	
	Cabeças	Contos	Cabeças	Contos	Cabeças	Contos
Asinino...	2.736 <i>Sup.</i>	30,7 <i>Sup.</i>	113 <i>Sup.</i>	2,2 <i>Sup.</i>	11 <i>Def.</i>	1,1 <i>Sup.</i>
Caprino..	75.222 »	151,9 »	8.234 »	16,7 »	23.305 <i>Sup.</i>	56,7 »
Cavalar..	165 »	48,9 <i>Def.</i>	775 <i>Def.</i>	145,4 <i>Def.</i>	323 <i>Def.</i>	80,5 <i>Def.</i>
Lanigero.	304.553 »	579,1 <i>Sup.</i>	64.178 <i>Sup.</i>	127,0 <i>Sup.</i>	54.650 <i>Sup.</i>	141,2 <i>Sup.</i>
Muar.....	737 »	34,9 »	142 »	14,2 »	91 »	38,2 »
Suino....	5.073 <i>Def.</i>	19,5 <i>Def.</i>	5.326 »	121,8 »	4.819 »	41,2 »
Vacum...	27.753 »	507,4 »	1.208 <i>Def.</i>	248,3 »	2.262 »	260,8 »
Anim. não espec...	1.573.544 <i>Sup.</i>	661,7 <i>Sup.</i>	255.047 <i>Sup.</i>	109,7 »	276.893 »	121,4 »

a) Numeros do *Bol. Com. e Mar.* Dez. 1915.

O *superavit de burros* diminuiu, chegando a haver *deficit* nas cabeças em 1915: eles que vinham a sobrar á razão media de perto de 3.000 por ano...

E em 1916 só houve uma exportação de gado asinino no valor de 195 escudos.

A guerra secou esta fonte de receita nacional.

O *gado caprino* apresentou em 1915 uma baixa no *superavit* para um terço da media antes da guerra. A exportação em 1916 ainda baixou mais 17,2 contos: ficou assim reduzida a uma insignificancia esta receita pecuaria.

O *gado cavalari* que dava um *superavit* de cabeças, e um deficit pequeno de valor anual, passou em 1914 e em 1915 a *deficit* maior. A exportação em 1916 foi, a bem dizer, nula: o *deficit* devia ter augmentado então.

O *gado lanigero* mostrou um *superavit* a decrescer rapidamente desde o começo da guerra até 1915: o numero de cabeças do *superavit* passou em 1915 a um quinto da media anual da ultima decada antes da guerra; o valor correspondente a um quarto. A exportação em 1916 decresceu em 132,4 contos em relação a 1915: quer dizer que bem pequeno devia ter sido o saldo no comercio de gado lanigero no 2.º ano da guerra.

O *gado muar* manteve em 1915 um valor de *superavit* parecido com o da media de 1903-1914; mas o numero de cabeças de *superavit* diminuiu muito: passou á *oitava* parte da media de antes da guerra. O *superavit* do valor fez-se á custa da alta de preço; mas a reserva nacional diminuiu muitissimo. Em 1916 a exportação foi de 315,9 contos a mais do que em 1915: não resta duvida que a guerra absorveu quasi toda a reserva deste gado, pois só no 2.º ano deu um excesso de exportação quasi igual ao valor total do *superavit* durante a ultima decada antes da guerra.

O *gado suino* apresentou *superavit* em 1915, e tambem em 1914, d'um numero importante de cabeças, o que, em media, não tinha acontecido na decada 1903-1914. Mas logo em 1916 perdeu-se, n'uma exportação muito reduzida, todo esse ganho dos dois anos anomalos, com a baixa de 34,9 contos na exportação, comparada com a de 1915. E o abastecimento interno foi muito defeituoso.

O *gado vacum* pela estatistica teve uma importação de 6.983 novillos (até 3 anos) em 1914; e sómente 1.926 novillos em 1915; com, a bem dizer, quasi nenhuma importação de bovidos adultos — 11 em 1914 e 19 em 1915. E teve uma exportação de 5 786 cabeças adultas (muito provavelmente) em 1914 e 4.207 em 1915. Assim o paiz exportou carne de vaca nos dois anos 1914 e 1915, porque houve a exportação de 9.993 rezes

adultas, contra a importação de 8.909 novilhos, mais 30 rezes adultas, nos dois anos: e teve um *superavit* no valor estatístico de 509,1 contos. Mas logo 1916 apresentou uma diferença para menos de 265,8 contos que em 1915, anulando quasi a exportação de gado vacum. — A reserva nacional exgotou-se n'um ano; e o abastecimento interno ficou de improvavel exito regular.

Os *animaes não especificados* passaram a um sexto no numero de cabeças de *superavit* em 1915, e a um quinto no valor correspondente em relação á media da ultima decada antes da guerra: grande baixa no comercio. E apesar da alta de 65,5 contos na exportação de 1916 para a de 1915, o comercio n'este grupo ficou muito abaixo do valor antes da guerra.

Em conclusão: bastaram dois anos de guerra para acabar com as reservas pecuarias; 1915 reduziu de 302 contos — de mais de um terço — o *superavit* medio anual da ultima decada antes da guerra; 1916 dá uma exportação inferior á de 1915 em 79 contos;

— O gado muar, que é o tractor da agricultura do Sul do paiz, quasi se exgotou com dois anos de guerra. O gado vacum que é o tractor da agricultura do Norte do paiz, deu tambem um contingente fugaz á exportação, para logo voltar a condições de *deficit* quando a importação for possivel.

— Escuaram-se as reservas pecuarias; e não surgiu, como veremos, um ambiente favoravel á criação e ao comercio em maior escala, no futuro.

*

Classe II — Materias primas para as Artes e Industrias. — Diferenças entre os valores da Importação para consumo e da Exportação nacional e nacionalisada

	1913 Deficit Contos	1914 Deficit Contos	1915 Deficit Contos
Materias primas animaes.....	4.797,3	3.535,5	4.088,0
» » vegetaes.....	6.224,4	5.477,3	7.056,3
» » mineraes.....	5.736,0	5.240,0	9.178,3
Metaes.....	7.346,2	5.389,4	5.945,8
Productos quimicos.....	1.796,6	1.557,5	2.604,7
Materias primas diversas.....	2.196,2	1.755,9	1.485,3

Tomei como referencia o ano de 1913 porque n'ele a Exportação nacional e nacionalisada foi quasi a media de 1910 até ao surdir da guerra; e a Importação para consumo, bem

como o Comercio especial, foram maximos: isto é 1913 define a tendencia comercial do ultimo lustro antes da guerra.

Foram as materias primas mineraes e os productos quimicos que tiveram maior augmento nos *deficits*.

A matéria prima animal de maior valor para o vestuario, a *Lã*, apresentará a Importação de

	Lã em rama		Lã artificial de trapo	
	Ton.	Contos	Ton.	Contos
Media anual em 1903-1914	2.458,6	1.277,1	687,3	233,0
1914.....	1.666,8	1.201,9	655,5	238,0
1915.....	921,3	1.052,8	188,9	127,1

E a Exportação de

	Lã em rama lavada		Lã em rama suja	
	Ton.	Contos	Ton.	Contos
Media anual em 1903-1914	580,2	89,1	536,5	45,6
1914.....	354,7	53,6	1.048,4	83,7
1915.....	216,3	50,0	1.132,9	192,1

Ou os seguintes *deficits* nos valores, embora em 1915 houvesse um *superavit* na quantidade, contando na pesagem toda a lã, das varias especies:

Media anual em 1903-1914	2.029,3 ton. Def.	1.375,4 contos Def.
1914.....	919,2 » »	1.302,6 » »
1915.....	238,9 » Sup.	937,8 » »

A exportação de lã lavada em 1916 foi quasi nula — só 40 escudos. — A exportação de lã suja em 1916 foi 155,0 contos, ou menos 37 contos que em 1915. A falta de lã é notoria.

— Exgotada a reserva de gado lanigero no 2.º ano da guerra, reduziu-se tambem a possibilidade da exportação de lã em rama. Como em tempo a cortiça ia lá fóra transformar-se em rolhas para voltar, assim tambem a lã em rama ia ao estrangeiro para ser lavada, cardada e penteada, quando não tambem tinta, e voltava depois para ser tecida no paiz.

As Peles ou couros a Importação de:

	Em bruto verdes		Em bruto secas		Curtidas	
	Ton.	Contos	Ton.	Contos	Ton.	Contos
Media anual em 1913-1914	84,4	23,8	2.691,6	1.210,4	265,4	767,3
1914.....	47,0	10,6	1.997,6	970,1	251,8	854,5
1915.....	210,5	51,4	3.335,1	1.950,0	223,2	977,7

E a Exportação de

	Peles em bruto		Peles curtidas	
	Ton.	Contos	Ton.	Contos
Media anual em 1913-1914	1.489,8	286,2	420,8	22,4
1914.....	1.394,7	268,4	79,0	29,8
1915.....	1.626,7	331,7	382,6	343,0

Ou os seguintes valores no comercio especial de peles ou couros :

Media anual em 1903-1914.....	1.692,9	contos de <i>Deficit</i>
1914.....	1.537,0	» » »
1915.....	2.304,4	» » »

A exportação de peles em bruto em 1916 augmentou 265,9 contos em relação a 1915; em compensação diminuiu de 312,9 contos a exportação no mesmo ano de peles curtidas.

— Continúa grande o *deficit* da materia prima para o calçado.

No comercio das restantes materias primas animaes não houve melhorias notaveis. — De modo que a guerra só mostrou a nossa insuficiencia de producção n'este grupo de materias primas: a alta de preços na lã, nas peles e couros e n'outros artigos d'este grupo tem sido extraordinaria.

*

Materias primas vegetaes

O *Algodão* apresentou

	<i>Deficit</i>	
	Ton.	Contos
Media anual em 1903-1914.....	16.148	4.736,3
1914.....	14.756	4.915,8
1915.....	18.006	6.012,9

Só n'este artigo um augmento de 1.300 contos de *deficit* em 1915.

As *Sementes oleosas*

	<i>Deficit</i>	
	Ton.	Contos
Media anual em 1903-1914.....	23.113	1.276,0
1914.....	22.103	1.296,6
1915.....	24.752	1.619,5

E não ha materias gordurosas para os sabões que estão carissimos.

Acresceu o *deficit* de oleos fixos, liquidos e concretos.

	Oleos fixos liquidos Contos	Oleos veg. concretos Contos
Media anual em 1903-1914.....	15,1	171,8
1914.....	10,7	215,6
1915.....	9,7	219,2

O *deficit* de sementes oleosas e oleos vegetaes de mais valor foi assim: 1.463 contos em media anual na decada 1903-14; passou a 1.522 contos em 1914; e a 1.848 contos em 1915.

As *Aduelas*

	<i>Deficit</i>	
	Milheiros	Contos
Media anual em 1903-1914.....	5.127	915,1
1914.....	3.885	722,0
1915.....	1.911	706,8

A *Madeira* a Importação de

	Em bruto para marcenaria		Em vigas e pranchas		Serrada	
	Ton.	Contos	Milh. m. cub.	Contos	Milh. m. cub.	Contos
Media anual em 1903-1914...	5.254	151,3	22,1	232,5	40,1	461,9
1914.....	3.080	104,5	15,6	188,7	32,5	372,6
1915.....	2.103	113,7	52,2	74,8	17,6	234,4

E a *Exportação* de

Madeira	1903-14	Contos	1914	Contos	1915	Contos
Em bruto	238 milh. ton.	638,4	258 milh. ton.	617,8	362 milh. ton.	898,0
Barrotes	5.250 » m.	57,0	1.995 » m.	43,0	6.182 » m.	119,4
Tabuado	3.388 » »	77,3	4.058 » »	86,2	4.734 » »	112,0
Vigas e travessas	3.501 » ton.	47,6	5.198 » ton.	42,1	5.728 » ton.	48,2
		820,3		789,1		1.177,6

O que corresponde a uma importação decrescente: em media anual na decada 1903-1914 tendo sido 845,7 n'aqueles tres grupos considerados; 665,8 contos em 1914; e só 422,9 contos em 1915;

Havendo *deficit* respectivo de 25,4 contos em media anual da decada; um *superavit* de 123,3 contos em 1914, e outro de 754,7 contos em 1915.

A exportação de madeira em 1916 apresentou, em relação a 1915, alta em todos os grupos, excepto nos barrotes; o que deu como resultado ter havido em relação a 1915, uma diferença total para mais na exportação de 252,3 contos, para o que

contribuiu especialmente a madeira em bruto com um augmento de 232 contos na exportação.

Bem nos iria este ramo de commercio, se a carencia de combustivel fossil não nos tivesse obrigado a recorrer á lenha: com a devastação que se está a fazer, exgotar-se-ha toda a reserva florestal em periodo curto, secando a mina.

O *Tabaco em folha* passou do *deficit* medio anual na decada 1903-1914 igual a 715 contos, para 928 contos em 1914 e 640 em 1915.

O Linho e fibras similares, Importação

	Linho e canhamo em rama		Fibras similares ao linho não espec.	
	Ton.	Contos	Ton.	Contos
Media anual em 1903-1914.	1.814	323,6	233,2	51,2
1914.....	1.225	236,3	321,0	55,4
1915.....	1.306	326,6	349,5	83,4

A facilidade dos transportes maritimos permitiu que continuassemos com o *deficit* de linho. — A exportação foi apenas de 205 ton. em 5,7 contos em 1914; 12 ton. em 0,35 conto em 1915, e 1,0 conto em 1916.

Em conjunto, n'estas materias primas vegetaes mais importantes: algodão, sementes oleosas, oleos vegetaes fixos, aduelas, tabaco e linho tivemos um *deficit* em 1915 de 8.865 contos, depois de descontado o saldo das madeiras, e apesar da valiosa exportação de madeira; *deficit* maior que o da media anual da ultima decada antes da guerra actual, que foi de 8.230 contos.

A Cortiça apresentou como valores estatisticos da Exportação

	Media anual em 1903-1914		1914		1915	
		Contos		Contos		Contos
Aparas e virgem.....	24,1 milh. ton.	292,5	33,7	436,2	31,6	392,2
Em bruto e em prancha	39,2 " "	2.951,6	40,9	2.779,5	30,1	2.011,8
Quadros.....	426,3 ton.	67,4	384,0	72,2	253,4	40,7
Serradura.....	1.466,3 " "	26,4	4.748,2	89,5	6.714,6	133,6
		3.337,9		3.377,4		2.578,3

Em 1916 a cortiça teve augmento de valor, quanto a 1915, em todos os generos, excepto nas pranchas que baixaram 22,3 contos: o valor total da exportação de cortiça em 1916 foi de 2.685,4 contos.

— Deixou este artigo, valioso em 2.º logar da nossa economia, de influir durante a guerra com um acrescimo de valor na exportação.

Materias primas mineraes

O Carvão a Importação

	Carvão de pedra		Coke	
	Milh. ton.	Contos	Milh. ton.	Contos
Media anual em 1903-1914.....	1.143	4.218,9	35,7	158,4
1914.....	1.177	4.964,1	33,7	174,8
1915.....	1.053	8.766,7	17,8	179,6

E a Exportação

Media anual em 1903-1914.....	9,6 milh. ton.	41,7 contos
1914.....	11,0 " "	48,4 "
1915.....	0,1 " "	2,1 "

O deficit de Carvão nacional foi, pois :

Media anual 1903-14 — 4.336 contos; em 1914 — 5.090 contos; em 1915 — **8.944** contos (1).

— A industria ficou em pessimas circumstancias quanto á energia, atida como estava á importação d'esta em carvão. As matas vão aguentando a laboração: mas rapidamente ficarão exhaustas.

Os *Oleos mineraes leves* o deficit medio anual: 1903-1914 511 contos; 1914 — 481; contos 1915 — 450 contos.

Os *Oleos mineraes pesados* a Importação media anual 1903-1914 — 226 contos; 1914 — 357; 1915 — 349 contos.

Havendo apenas em 1915 a exportação de 74 contos; e em 1916 a de 52 contos de oleos mineraes pesados.

O *Cimento*, a cal hydraulica e a pozolana :

	Importação		Exportação	
	Ton.	Contos	Ton.	Contos
Media anual em 1903-1914.....	25.024	202,6	787	8,8 (2)
1914.....	27.411	246,8	1.397	17,5
1915.....	6.083	82,8	3.698	53,0

— O artigo basilar de todas as obras de captação e distribuição da energia hydroelectrica e da agua para a rega, e que por isso devia ser da maxima abundancia e do minimo preço, ficou n'uma alta que mal permite a sua applicação, e n'uma deficiencia perturbadora.

(1) — Na Folha para Vulgarisação A-II R 8 encontra-se a p. 5 uma export. de 2.844 contos de carvão mineral em 1916. — É do nacionalizado?

(2) Media de 1907-1913 inclusive.

A Cal em pedra e em pó deu Exportação

Media anual em 1903-1914.....	4.415 ton.	15,3 contos
1914.....	4.225 "	10,9 "
1915.....	3.499 "	11,9 "
1916.....	.. .	28,5 "

Em conjuncto, em 1915 só nos tres artigos : carvão mineral, oleos mineraes e cimento (com a cal hydraulica e a pozolana) houve um *deficit* de **9.699** contos.

Na exportação como mais importante

	Minerio de cobre		Minerios não esp.	
	Milh. ton.	Contos	Milh. ton.	Contos
Media anual em 1903-1914.....	369,7	1.057,8	3,7	215,2
1914.....	292,9	895,5	1,5	144,1
1915.....	181,6	767,7	1,0	12,4

*

Metaes

Importação de Aço e Ferro	Media anual em 1903-1914		1914		1915	
	Ton.	Contos	Ton.	Contos	Ton.	Contos
Aço fund. e lam. (e carris).....	12.703	495,4	22.759	853,7	7.755	507,2
Ferro fund., bat. ou lam., em bruto.....	61.674	1.955,8	52.018	1.653,1	34.780	1.947,6
• bat. ou lam., estanhado, etc.....	17.116	1.105,3	17.310	1.168,2	20.029	2.132,0
• em fio, simples, polido, etc.....	7.220	311,3	2.044	105,0	1.082	100,4
		3.867,8		3.780,0		4.687,2

Tinha havido em media anual na decada 1903-1914 uma exportação de 3.497 ton. de sucata de ferro, valorizadas em 13,4 contos.

Como exportação de metaes destaca-se

	1914		1915		1916
	Ton.	Contos	Ton.	Contos	Contos
Metaes não espec.....	1.359	108,1	970	96,2	84,1
Sucata de ferro.....	2.286	8,9	5.312	15,2	34,1
Sucata de outros metaes.....	556	21,9	400	25,2	5,2

Em 1915 exportou-se 374 quilogramas de ouro no valor de 285,7 contos.

Productos quimicos, Importação

	Media anual em 1903-1914	1914	1915
Carboneto de calcio (1).....	174,9 contos	244,2 contos	540,9
Sulfatoe de sodio, etc.....	477,1 "	355,6 "	606,8
Alcalis causticos.....	129,5 "	171,7 "	240,3
Productos quimicos não espec.....	551,9 "	513,4 "	897,4

(1) A media para o Carboneto de calcio é referida a 1910-1913 inclusive, em que houve a importação anual media de 6.990 toneladas. Em 1915 importou-se 8.297 ton.

— Alem dos 450 contos de oleos mineraes para iluminação, gastou-se em 1915 mais 540 contos em carboneto: cerca de 4.000 contos n'esse ano n'estes dois iluminantes, para ficarmos ás escuras. E os rios vão correndo para o mar rumurejantes e selvagens...

O *Sal comum* que desde 1906 até 1910 inclusive, veiu com uma exportação anual maior que 100.000 toneladas, e baixára a 40.384 ton. a exportação em 1913, apresentou em 1914 a exp. de 47,4 milh. de ton. valorizadas em 48,5 contos; em 1915 a exp. de 92,0 milh. de ton. em 94,5 contos, e em 1916 a exp. de 135 contos.

Materias primas diversas

Os Adubos para a agricultura

Importação

Media anual em 1903-1914.....	102.786 ton.	1.180 contos
1914.....	97.051 »	1.149 »
1915.....	79.446 »	823 »

Exportação

Media anual em 1903-1914.....	2.920 ton.	18,2 contos
1914.....	20.533 »	111,2 »
1915.....	53.702 »	305,1 »

Em 1916 a exportação foi de 726,8 contos; mais 421 contos que em 1915.

— A agriculitura nacional limitou o uso dos adubos em face da alta dos preços: começaram eles então a ir fecundar os campos do estrangeiro...

A Massa e as materias primas vegetaes para o fabrico do papel

Importação

Media anual em 1903-1914.....	7.491,0 ton.	278,8 contos
1914.....	7.875,3 »	330,4 »
1915.....	7.726,0 »	420,6 »

Exportação

Media anual em 1903-1914	2.106,8 ton.	21,4 contos
1914	1.237,0 »	12,5 »
1915	415,0 »	4,1 »

E depois começou a escassear o papel, e a subir de preço, a ponto de *meio* jornal se vender a 2 centavos, por decreto do governo...

*

Em conclusão:

Foi depois de 1916, com a redução da marinha mercante inglesa, que se agravou a carestia das coisas. Os dois primeiros anos da guerra, a bem dizer, não perturbaram a nossa claudicante economia, porque as materias primas e o resto vinham sempre, com mais ou menos demora e dificuldade. E foi por isso mesmo que nós, quasi alheios á guerra, não cuidámos de nos precaver para o futuro, que tudo indicava cheio de dificuldades.

— Hoje encontramos-nos sem fibras vegetaes e animaes para o vestuario; sem peles e couros para o calçado; sem sementes oleosas e oleos vegetaes para o sabão; sem ferro e aço e outros metaes sequer para atamancar as reparações mais urgentes das nossas maquinas e caminhos de ferro; sem carvão e oleos mineraes para toda a industria; com o cimento e a cal por preços prohibitivos; sem productos quimicos basilares; sem adubos para a agricultura, e pasta para fabrico de papel...

— Derrubamos as arvores para com elas alimentarmos mal as caldeiras, que não páre a industria fabril e dos transportes... como velho fidalgo arruinado que, para não morrer de frio num inverno tempestuoso, fosse queimando as taboas do soalho da casa.

— Ninguem pensa na maneira de ampliar e melhorar os rebanhos de ovelhas para ter mais lã; na maneira de voltar ao linho como fibra do bragal e da gente dos campos; na utilização hidro-electrica em maxima vantagem para a industria; no alargamento das matas; no aproveitamento maximo das sucatas metalicas que, sem juizo, vendemos ao estrangeiro...

— Afeiçoam-se quilhas e cavernas de navios de vela que levam a melhor da madeira da orla maritima portugueza: e se os navios passarem para o estrangeiro, não se sabe bem como se ha-de fazer outra frota depois.

— Recorre-se a expedientes para se chegar até ao fim da

guerra pelas armas, sem se pensar que depois de se levantar do palacio da Paz a conferencia dos diplomatas, é que começa o verdadeiro periodo agonico das nações imprevidentes agora e no passado.

*

Classe III — Fios, tecidos, feltros e respectivas obras. — Diferenças entre os valores da Importação para Consumo e os da Exportação nacional e nacionalizada

	1913 <i>Deficit</i>	1914 <i>Deficit</i>	1915 <i>Deficit</i>
Fios, tecidos, feltros, etc., de:			
Lã.....	833,7 contos	601,4 contos	246,8 contos
Seda.....	1.452,0 »	1.349,4 »	1.416,9 »
Algodão.....	2.826,1 »	2.207,6 »	1.141,4 »
Linho.....	1.275,8 »	952,9 »	1.568,4 »
Prod. de div. orig. e nat. espec.	485,9 »	300,0 »	165,7 »
	6.873,5 »	5.411,3 »	4.539,2 »

Os *deficit* de *Fios, tecidos, etc. de Lã* reduziu-se no 2.º ano da guerra a menos de $\frac{1}{3}$ do seu valor em 1913; e a exportação em 1916 foi quasi igual á de 1915.

O *deficit* de *Fios, tecidos, etc. de Seda* manteve-se em 1915 como em 1913; a exportação em 1916 foi maior 20 contos que a de 1915: apesar d'isso a nossa exportação de fios e tecidos de seda é muitissimo pequena, mesmo no ano maximo de 1916 com 29,8 contos.

O *deficit* de *Fios, tecidos, etc. de Algodão* passou em 1915 a menos de metade de 1913: a importação diminuiu bastante, e a exportação dobrou.

Em 1916 houve um augmento de exportação de 479,2 contos em relação a 1915, provindo em boa parte dos tecidos em obra.

O *deficit* de *Fios e tecidos, etc. de Linho* e similares, após a baixa de 1914, retomou um valor elevado em 1915, apesar da alta na exportação. A exportação augmentou muito em 1916, especialmente nas grossarias em sacos (augmento de 251,7 contos só n'este artigo).

O *deficit* de *Productos de diversas origens e natureza especial* reduziu-se a um terço de 1913 a 1915 porque, mantendo-se sensivelmente a mesma exportação, se reduziu a metade a importação. Em 1916 augmentou muito a exportação de tecidos de linho bordados (245,9 contos), o que contribuiu especialmente para a alta de 268,6 contos na exportação alem da de 1915.

É natural que, pelas dificuldades da importação, e porque em alguns artigos sempre alargamos o nosso commercio, tenha havido uma baixa de valor no *deficit* de Fios e tecidos: apesar d'isso devem manter-se — e algumas agravadas — as características que revelava o exame do commercio d'esta classe da pauta antes da guerra.

*

Em conclusão: da estatística e do estado presumível da economia nacional, infere-se que:

— Não havendo probabilidade de ter lã suficiente para o consumo da Grei, não é de esperar também que a industria de fiação e tecelagem de lã (até agora dependente do estrangeiro na lavagem e cardagem) possa no fim da guerra ir competir com a dos povos hegemónicos, e até sequer que ela possa resistir á invasão da industria estrangeira no paiz;

— Nos Fios e tecidos de seda não se vê nenhuma probabilidade de exito commercial;

— Nos fios e tecidos de algodão continúa a nossa dependencia da materia prima estrangeira, da energia motriz e da maquina estrangeira, tudo muito caro. Nas bases actuaes — e não se descortina quando elas poderão mudar radicalmente — é uma industria que tenderá para se limitar ao abastecimento do paiz, emquanto a pauta, por não poder ser mais alteada, não tolerar a invasão franca do artigo estrangeiro;

Os Fios e tecidos, etc. de linho continuam deficitarios e sem prespectivas de melhor futuro, porque não se cultiva linho, porque banuiu-se o linho do bragal e de vestuario dos camponeses, e porque não será com materia prima e energia a importar que se poderá assentar a prosperidade d'esta industria.

Em poucas palavras: a industria da fiação e tecidos colheu e colhe lucros durante a guerra, porque não era antes d'ela capaz de abastecer o paiz, e as circumstancias do commercio permitiram-lhe a alta nos precos dos productos á medida da alta das materias primas, fóra de concorrência como tem estado da industria estrangeira. A dificuldade está no fim da guerra, quando as outras nações providas de energia muito barata, de muito maiores facilidades em obter as materias primas e as maquinas, nos guerrearem os mercados.

Classe IV — Subsistências alimenticias. — Diferenças entre os va-

lores da Importação para Consumo e os da Exportação nacional e nacionalizada

	1913	1914	1915 ¹
Bebidas	12.133,2 <i>Sup.</i>	9.678,1 <i>Sup.</i>	10.780,3 <i>Sup.</i>
Cereaes	15.963,7 <i>Def.</i>	8.424,0 <i>Def.</i>	10.734,6 <i>Def.</i>
Farinaceos	3.356,4 "	2.259,4 "	1.651,5 "
Generos chamados coloniaes.	4.338,9 "	4.212,3 "	3.896,3 "
Pescarias.....	3.652,8 "	3.496,6 "	3.133,6 "
Div. substancias alimenticias..	4.213,4 <i>Sup.</i>	3.732,3 <i>Sup.</i>	6.549,5 <i>Sup.</i>
<i>Deficit</i>	5.965,2	4.981,9	2.086,2

As **Bebidas**, no 1.º ano da guerra, ficaram-se com *superavit* sensivelmente igual ao da media anual da ultima decada antes da guerra.

Em 1916, no 2.º ano, a exportação augmentou muitissimo no valor estatistico, mais que dobrando a media — 12.925,8 contos de augmento²; exportação de 23.803,8 contos. — Foi esta a razão quasi unica do augmento de 13.580 contos na exportação de substancias alimenticias em 1916, em relação a 1915.

Surgiram depois dificuldades extremas de fretes e de mercados: devendo talvez concluir-se que a guerra só veio trazer ao vinhos mais uma oscilação — e essa anormal de todo — ás suas tão frequentes crises e instabilidades commerciaes.

Os **Cereaes**, no 1.º ano da guerra mantiveram o *deficit* de 1913 que foi quasi o triplo da media anual da ultima decada antes da guerra.

A importação de *trigo em grão* (que é o cereal mais valioso), depois de 1911 — ano anormalissimo em que o *deficit* foi muito pequeno — voltou ás altas maximas, acima de 6.000 contos, e deu a maxima das maximas em 1915 com os 11.223 contos de importação, embora a quantidade importada fosse menor que as relativas a 1914 e 1913.

¹ Ha divergencias entre os resultados dos *Sup.* e *Def.* d'estas colunas com os consignados na restante estatistica:

1913	1914	1915
$\Delta = +18,5$	$\Delta = +35,7$	$\Delta = +173,0$

Os 173 contos provém das mercadorias não mencionadas na classe iv. As outras divergencias são menores.

² O augmento de exportação em 1916 foi principalmente no vinho comum tinto — 8.798 contos, e no vinho do Porto 2.484 contos.

Depois agravou-se a penuria de pão: e não consta que haja melhores perspectivas para o futuro.

O *milho*, também insuficiente, apresentou igualmente um aumento de importação notável depois de 1911. Em 1915 não foi possível manter-se a importação á larga. E não se vê bem como se poderá abastecer regularmente a nossa população, continuando em agravamento as relações commerciaes, porque a lavoura não augmenta a producção o bastante.

Os *Farinaceos* mantiveram até 1915 uma importação muito avultada de *Arroz*, mantida acima dos 1.700 contos como desde 1910.

As *Batatas*. — A característica d'este commercio mantida como media anual na ultima decada antes da guerra fôra: uma exportação de batata maior em *quantidade* (embora pouco maior) que a importação; 14.172 ton. exp. contra 10.796 ton. imp.; e apesar d'isto um *deficit* pequeno nos *valores* (218,2 contra 190,5 contos), 27,7 contos de *deficit* medio anual de 1903-1914. Depois

	1914		1915	
	Ton.	Contos	Ton.	Contos
Importação.....	35.137,1	679,3	3.452,3	78,5
Exportação.....	18.300,3	282,3	2.438,1	52,7
<i>Deficit</i>	16.836,8	397,0	1.014,2	25,8

A baixa em 1915 é anormalissima, principalmente na exportação.

A exportação em 1916 diminuiu de 19,8 contos, comparada com a de 1915: agravou-se o mal.

—A agricultura nacional não conseguiu fazer o abastecimento regular de batata; muito menos uma exportação valiosa.

As *Favas* que na decada 1903-1914 tinham apresentado uma importação media anual de 17.062 ton. em 534 contos, com uma exportação quasi nula, baixaram bruscamente na importação em 1914, e ainda mais em 1915, augmentando a exportação em 1915:

	1914		1915	
	Ton.	Contos	Ton.	Contos
Importação.....	1.981	79,9	1.271	61,6
Exportação.....	500	22,6	1.511	50,1
	1.481 <i>Def.</i>	57,3 <i>Def.</i>	240 <i>Sup.</i>	11,5 <i>Def.</i>

Em 1916 a exportação diminuiu de 1,9 contos em relação a 1915.

Está muito cara esta mercadoria, como todas as rações do gado.

A agricultura nacional não conseguiu abastecer regularmente o consumo interno.

*

Os generos chamados coloniaes

O *Açucar* quasi manteve em 1915 a importação media da ultima decada antes da guerra: duas milhares e meia de ton. a menos; quasi 300 contos de valor a mais.

Artigo de importação completa, ficou nas mesmas condições economicas até hoje, pois não se cuidou de extrahi-lo da beterraba no paiz.

O *Cacau* e o *Café* continuaram parados pelas Colonias á espera de navios.

*

As Pescarias

O *Bacalhau* que dera uma importação media anual na ultima decada antes da guerra, de 29.125 ton. em 3.939 contos, apresentára a importação de 27.990 ton. em 3.869 contos em 1914; e 22.575 ton. e 3.651 contos em 1915.

Tem havido um preço muito anormal n'esta mercadoria¹, cuja importação se mantem.

A campanha submarina perturbou a pesca.

A importação do peixe só foi reduzida d'um modo sensivel (até 1915 inclusive) no peixe fresco não especificado, que passou dos 426 contos da media anual na decada de 1903-1914 a 68 contos em 1915.

E a exportação do peixe até 1915 inclusive não sofreu perturbação notavel: passára de 600,4 contos media anual na decada 1903-1914, para 576,5 contos em 1915 — atum, sardinha e peixe não especificado. Em 1916 houve nas *pescarias* um acrescimo de exportação — 69,5 contos — porque augmentára de 147,5 contos a exportação de sardinha, o que cobriu a baixa que se deu na exportação de todos os outros artigos das pescarias.

— Tambem não se vê como venha d'aqui um augmento de riqueza nacional emquanto durar a guerra.

As Substancias alimenticias diversas tiveram um augmento de *seperavit* de mais de 2.300 contos em 1915, 1.º ano da guerra,

¹ Ficou na historia a *insubordinação* do bacalhau no Porto, mais a da batata e a do azeite em Lisboa.

em relação a 1913. A importação que fôra de 1.000 contos em 1913, baixou para 618 em 1914, e 458 contos em 1915; ao passo que a exportação que fôra de 5.214 contos em 1913, depois de baixar para 4.351 contos em 1914, sobe para 7.007 contos em 1915, e 8.015 contos em 1916.

Em 1915 deixou-se de importar, em relação a 1913, mais de 4 contos de Azeite de oliveira; 230 contos de Carne conservada pelo frio; mais de 20 contos de Carne não especificada; cerca de 40 contos de Conservas alimenticias; cerca de 60 contos de Doce; cerca de 25 contos de Hortaliças e legumes verdes; cerca de 45 contos de Forragens (mas ainda se manteve a importação de 44 contos de fructas não especificadas); 3 contos de Manteiga (augmentou-se em 7 contos o pimentão importado), e dispensou-se a importação de 120 contos de Queijo. — Exportamos mais: cerca de 400 contos de Azeite de oliveira; 6 contos de Banha e unto; 60 contos de Carne fresca ou preparada e toucinho; 30 contos de Conserva de Atum; 240 contos de Sardinha em conserva; 260 contos de Conserva de peixe não especificado; 7 contos de Azeitona em conserva; 5 contos de Tomate em conserva; 10 contos de Outros fructos e legumes em conserva; 19 contos de Doce; 12 contos de forragens; (ficou estavel a exportação de alfarroba; diminuiu de 9 contos a de Amendoas com casca; de 68 contos a de Amendoa em meolo; de 203 contos a dos Ananazes); augmentou de 85 contos a exportação de Castanhas; de 768 contos a de Figos secos; de 30 contos a das Maçãs; de 72 contos a das Uvas frescas; (diminuiu de 6 contos a das fructas frescas; augmentou de 6 contos a das fructas secas, não especificadas; diminuiu de 9 contos a exportação de Alhos; de 14 contos a das Cebolas); estacionou a dos Tomates; augmentou de 48 contos a da Manteiga; de 52 contos a dos Ovos; estacionou a do Queijo.

Em 1916 exportou-se mais 1.008 contos de subsistencias alimenticias diversas do que em 1915; sendo a alta da exportação mais notavel na Sardinha (1.234 contos), na Conserva de Peixe não especificado (124 contos) e nas Cebolas (108 contos).

*

Em conclusão: — Foi sempre crescente a alta dos preços e a insuficiencia das substancias alimenticias desde o começo da guerra. A pouco e pouco foi-se a Grei acomodando a este estado de coisas, mez a mez a peor. Se descontarmos os 10.780 contos de *superavit* de vinho em 1915 (porque ele não supriu a falta dos

alimentos solidos), teria havido em 1915, no 1.º ano da guerra, um *deficit* de mais de **12.500** contos de Substancias alimenticias, nos quatro grupos Cereaes, Farinaceos, Generos chamados Coloniaes, e Diversas outras. E apesar do augmento notavel na exportação de 1916, não seria notavelmente menor o *deficit* n'este ano. — Assim o vinho continúa a mascarar a pobreza da nossa producção agricola; os cereaes panificaveis continuam a faltar, como os farinaceos (arroz, batata, fava); o azeite escasseia; não se introduz a extracção do açucar de beterraba; emfim, o solo nacional continúa no defeito já secular de não ser capaz de nos dar o alimento, como tambem de nos dar as materias para o vestuario e para o calçado. Se nos fechassem a importação morreriamos de fome...

— Não se vê iniciativas, nem de parte dos governantes nem da parte dos governados, para alterar esta deficiencia de producção da nossa terra: as necessidades que a guerra agravou não nos forçaram a mudar de rumo; esperamos o fim da contenda para voltarmos a ser melhor abastecidos do estrangeiro nas substancias alimenticias.

— Se o mar deu mais generos de exportação, foi á custa da carestia e deficiencia no mercado interno, onde a sardinha atinjiu 1 centavo por cabeça, e mais!

— Algumas industrias derivadas da agricultura — a dos lacticineos, das conservas de carne, das massas, a doçaria... e alguns ramos da agricultura — as hortaliças, as fructas frescas (especialmente as temporãs) — não tomam aquela generalisação e prosperidade que a bondade da terra e a situação geografica parecem fazer esperar.

— Positivamente ha alguma coisa de inadaptabilidade do Portuguez á sua Terra: porque não se pode compreender esta apatia geral da Grei perante a Terra, nas circumstancias de apuro de subsistencias a que chegamos.

*

Classe V — Aparelhos, instrumentos, maquinas e utensilios empregados na sciencia, nas artes, na industria e na agricultura; armas embarcações e vehiculos.

A Importação dos artigos d'esta classe da pauta apresentou-se flagrantemente decrescente:

1913	1914	1915
10.051,5 contos	6.257,9 contos	3.533,6 contos

As dificuldades de aquisição de maquinas e ferramentas cresceram pelo fim de 1917.

As *ceifeiras* e *gadanheiras*, compressoras de palha e feno, debulhadoras e aparelhos de lavoura a vapor figuraram na importação de 1913 em numero de 654, no valor declarado de de 204 contos: e em 1915, no primeiro ano da guerra, só em numero de 133 no valor de 27 contos. No começo de 1918 não ha maquinas d'este grupo á venda em todo o paiz.

Os *Instrumentos, ferramentas e utensilios* para a agricultura e jardinagem baixaram da importação 57,3 contos em 1913, para 7,2 contos em 1915; e os das artes e officios de 458 contos em 1913 para 237 contos em 1915. — Até os pianos passaram do numero 571 em 120 contos na importação de 1913, para o numero 228 em 53 contos em 1915. E os automoveis completos do numero 623 em 1.339 contos em 1913, para 138 valorizados em 815 contos em 1915.

O material circulante não especificado para caminhos de ferro baixou de 864 contos em 1913 para 239 em 1915.

Em conclusão: — a guerra, não deixando importar maquinas, colocou o trabalho nacional em termos de em futuro proximo se ver privado de ferramentas, porque o combustivel mineral portuguez, carregado de enxofre e outras impurezas, desgasta rapidamente as caldeiras; estas não têm peças de sobreceletes para tão largo periodo de isolamento; as turbinas, poucas, que ha, estão em riscos de avarias e de paralisação pelo mesmo motivo; todos os instrumentos, ferramentas e maquinas, na maxima parte com um trabalho excessivo, sem conservação e reparação suficientes, caminham para se tornarem gastas, muitas d'elas sucata. Alem d'isso não ha possibilidade de obter aços, ferros e outros metaes necessarios para as reparações de todas os maquinismos; como não ha maneira de importar material circulante e de tracção, e de reparar convenientemente o pouco, antiquado e usado que temos nos caminhos de ferro.

Em poucas palavras: tendemos para a ruina do enorme capital que temos nos maquinismos da industria; e não podemos adquirir as maquinas e as ferramentas necessarias para remoçar depressa a nossa lavoura de modo que ela — almejado intento! comece a dar-nos o pão e as materias primas fundamentaes.

*

Classe VI — Manufacturas diversas

Mantiveram em 1915 a media dos *deficits* anteriores, com pouca diferenca.

Obras de :	Importação		Exportação	
	1913	1915	1913	1915
Materias animaes	181 contos	100	13 contos	16
» vegetaes div.....	791 »	782	1.067 »	951
» mineraes	912 »	508	90 »	119
Metaes... ..	2.154 »	4.582	1.772 »	2.777
Papel e obras de tipogr., etc.....	1.080 »	808	155 »	155
Obras de materias diversas.....	2.436 »	1.669	589 »	757

Importamos no 1.º ano de guerra o dobro das obras de metaes; e pouco mais de metade das obras de materias diversas que em 1913. Dobramos o valor da exportação das obras de metaes (que ficou em cerca de metade da importação correspondente); mas isto não representou um melhoramento na economia nacional porque foi a *Moeda de ouro e de prata* na importancia de 2.449,8 contos que deu a parcela maxima para aquella exportação.

— Em 1916 a exportação de moeda de ouro e prata foi 1.999,0 contos.

Em 1916 a exportação de manufacturas diversas baixou de 307 contos em relação a 1915.

A exportação de *Cortiça em rolhas* baixou de 890 contos em 1913 para 777 contos em 1915, e subiu para 993 contos em 1916. O *Sabão* de 83 contos em 1913 para 73 contos em 1915, e 115 contos em 1916.

Em conclusão: A industria nacional, privada da importação de maquinas, ferramentas e materias primas, embora tenha tentado alguns melhoramentos e ampliações, não se preparou para produzir autonomamente os multiplos artigos d'esta classe em que dependiamos do estrangeiro: o *deficit* global mantido em 1915 deve continuar.

*

A longa arithmetica da estatistica apresentada, por ser incompleta (visto que só alcança 1915, o primeiro ano da guerra) não pode dar ideia da enorme perturbação que esta veio trazer á nossa economia. Sem quaesquer numeros, cada um de nós, evocando o estado da vida portugueza antes da guerra e agora, n'este triste começo do ano de 1918 — a mocidade nas trincheiras da França e nas inhospitas terras da Africa, e tanta outra a ser

chamada para os quartéis; a industria sob o peso de mil dificuldades de energia, de motores, de maquinas e de materias primas; a agricultura deficitaria do que é mais necessario para o alimento e para o vestuario, e sem maquinismos nem anceo, nem rumo de maior producção; a marinha mercante incapaz de nos trazer sequer o pão; a Grei suja de miseria, obscurecida na consciencia colectiva, falha de organização nacional, carecida de tudo para não ser mais aviltada e reduzida na sua vitalidade pela maré de privações, que afinal só começou a subir agora para nós, depois de findo o 3.º ano da guerra... cada um de nós que pensa um pouco no destino da Grei, sente um pesadelo e uma angustia pelo futuro de Portugal. — E ainda não se vislumbra a Paz...

1.º de Fevereiro de 1918.

EZEQUIEL DE CAMPOS.

«A moralidade colectiva é um facto, em grande parte, de ordem economica, ainda que esta afirmação pareça paradoxal.»

ANTERO DE QUENTAL.

«Já aprendemos que é mais vantajoso alargar a terra que possuímos, duplicando-lhe a produção, do que acrescentar-lhe por conquista uma nova área... Há mais inspiração numa vida nobre do que na morte heroica.»

W. J. BRYAN.

«O bem-estar do produtor é tanto materia do interesse do consumidor como o preço do artigo.»

TOYNBEE.

«A patria é uma idea, e cumpre que a cada hora ela seja criada de novo pela vontade colectiva dos cidadãos. Ela só verdadeiramente subsiste quando eles são verdadeiros patriotas, isto é, quando eles renunciam a perpetuar os erros e os abusos do passado donde tiram vantagens pessoais, quando conformam o seu proceder com o ideal, que a razão lhes propõe, de justiça universal e de integral liberdade.»

LÉON BRUNSCHVICG.

A SITUAÇÃO MORAL E SOCIAL

Considerações sobre a regulamentação do jogo

Creemos que não há país algum onde a legislação directa contra o jogo seja tanta e tão severa, e onde se jogue e se tenha jogado sempre tão desenfreadamente, a despeito dela, como Portugal.

Ja há algum tempo que se fala na regulamentação do jogo; talvez não seja, porisso, inoportuno examinar as leis existentes e fazer sobre elas algumas considerações que nos parecem de utilidade.

O nosso codigo diz que «as dividas de jogo não podem ser pedidas judicialmente» (art. 1542) e contêm outras disposições de semelhante natureza; mas como no seu artigo 671 dissera já que «não podem legalmente ser objecto de contracto os actos contrarios á moral publica», cabe perguntar se aquelas disposições são realmente necessarias.

¿Haverá porventura duvida de que o jogo seja «contrario á moral publica»?

Além de reduzir muitas familias á pobreza e á miseria, não é o jogo a causa directa de tantos crimes?

Existe em Monte Carlo um cemiterio repleto de sepulturas de victimas do jogo que lá se suicidaram!

¿Seria então demasiado exigir que nós, a nação inteira, considerassemos o jogo como uma ameaça á Sociedade, porisso contrario á moral publica, e que os tribunaes assim o intendessem?

Ha paises onde a lei não reconhece o jogo por ele ser contrario á moral publica, e quero crer que foi mesmo este principio geral da lei que influiu nos nossos legisladores para se declararem contra o jogo, explicando-se porêm a necessidade de assim explicitamente legislarem pela sua convicção de que nem todos os tribunaes aceitariam que aquele principio da lei abrangia o jogo. Se a razão realmente foi essa, e se de facto a necessidade existiu então, parece-nos que a permanencia dessa legislação teria um aspecto pouco lisonjeiro para a nossa elite judicial.

O que deixei dito diz respeito ao codigo civil; consideremos agora a legislação penal sobre o jogo. O codigo impõe diferentes

penalidades aos que se sustentam do jogo fazendo dele a sua principal agencia, seja ele de azar ou não; aos que forem apanhados em flagrante no jogo de azar; aos que jogarem com menores etc., etc.,—isto é, pune o jogador e condena o jogo como jogo. E aqui aparece a grande objecção do cidadão portuguez, que, com toda razão, se insurge contra esta interferencia na sua liberdade ou contra a tutela por parte do governo. Só a educação, isto é, a sua propria consciencia e a opinião publica, podem exercer qualquer influencia, no sentido do bem, sobre o jogador, e não as leis penais. O jogo, apesar de contrario á moral publica, nunca deve ser considerado um crime como a nossa lei o considera. Ha grande distancia de uma a outra cousa.

Em Inglaterra o jogo não é crime, e o jogador não está sujeito a nenhuma pena legal; o que a lei faz, porém, é proibir a *exploração* do jogo e tambem que uma pessoa jogue em qualquer lugar *público*. No artigo 267, o nosso codigo tambem pune as pessoas que dão tabolagem de jogo de azar; mas difere nas suas disposições da lei inglêsa pelo facto de se referir só ao jogo exclusivamente e unicamente de azar, ao passo que a lei inglêsa proibe os lugares públicos para qualquer jogo que não seja puramente de pericia. Nós aventuramos a idea de que estas distincções foram introduzidas na lei por um argumento falso. A imoralidade do jogo parece-nos não estar no facto do jogo ser absolutamente de azar ou de combinação de azar e pericia, mas no elemento de aposta que acompanha o jogo. E' este caracter do jogo que cria no individuo aquela ambição de ganhar dinheiro pelo jogo que leva quasi sempre á ruina.

O que a sociedade reprova portanto é o jogo de qualquer especie que se faça acompanhar de apostas a dinheiro, ou a qualquer coisa que represente dinheiro. A verdade porém é que nem sempre o dinheiro representa dinheiro para os efeitos que acabei de considerar. Pode-se muito bem jogar a dinheiro, e o valor dos tentos ou paradas ser tão insignificante que, relativamente aos jogadores, não represente dinheiro ou cousa de valor; e dessa forma não só seria o jogo absolutamente inocente, mas succede que de facto nas melhores das sociedades assim se joga. Sendo porém o valôr do dinheiro uma questão relativa, claro está que a legislação não podia tomar em consideração esse facto, e só poderia legislar com respeito ao jogo em geral. E cremos que a lei, abrangendo o jogo em geral e proibindo para ele o lugar público não cometeria nenhum ataque à liberdade do cidadão. Ha muitas cousas que fazemos e temos todo o direito de fazer,

mas que fazemos em particular, e que a lei não permite que façamos em publico; esta proibição, que se refere simplesmente a certos lugares, não pode ser considerada como um atentado aos direitos individuaes; e o mesmo se dirá da proibição do jogo em qualquer lugar público.

Conclue-se de aqui que cada um em sua casa ou no seu club deve poder jogar sem ser incomodado pelas autoridades.

Hoje porêem em Portugal não é este o caso, e as ultimas ordens do governo, proibindo o jogo de azar tanto em publico como em particular, estão em conformidade com o codigo penal, lei esta que, como dissemos, nos parece exageradamente severa.

Achamos infructifero fazerem-se leis que não se possam pôr em execução. Quaisquer individuos que quisessem entregar-se ao jogo de azar em suas casas poderiam bem subtrair-se á policia, porque o azar não está dependente do uso de mezas ou grandes aparelhos. Joga-se com cartas, com dados e até com moedas, de maneira que mesmo que a policia fizesse um assalto de surpresa a uma casa particular nunca conseguiria apanhar ninguem em flagrante delicto. No entanto, temos que viver na constante ameaça de, a qualquer momento, se dar a violação dum dos mais sagrados direitos do cidadão, o direito privativo do seu lar. Repito porisso que seria melhor proibir o jogo em lugar público, deixando em liberdade os individuos em suas casas e em seus clubes.

Cumpre-nos agora explicar-nos sobre uma natureza de clubes onde o jogo deve ser proibido, nomeadamente os clubes que são propriedades particulares e verdadeiras casas para exploração do jogo. Fazer com que os seus frequentadores paguem a sua entrada ou uma quota mensal, o que vem a ser a mesma cousa, é simplesmente ajudar o explorador e aumentar o seu ganho.

Entres essas casas de exploração salientam-se aquelas que exploram a roleta, jogo proibido em muitos países, não por ser de asar mas por ser de exploração. Os jogos que tenham um banqueiro permanente e com as vantagens que lhe dá o da roleta, não devem ser considerados licitos. A razão disto é que neles o banqueiro não joga verdadeiramente, e pelo contrario tem tudo a ganhar aproveitando-se da fraquêza humana para fazer o seu tráfico com ela.

O que é verdadeiramente um club é uma associação onde todos teem direitos iguais, de maneira que, se num club dêses se jogasse a roleta, tendo cada um dos socios o direito de ser banca por sua vez, não nos parece que houvesse razão para as autoridades intervirem.

Em resumo, cremos que a mais racional e conveniente solução é a seguinte:

- 1.º Proibir o jogo em lugares publicos;
- 2.º Proibir a exploração do jogo, admitindo como valvula de segurança a *excepção* de poder o governo autorizar, dentro de certas areas e fóra das principais cidades do país, a existencia de clubes que não sejam propriedades dos proprios socios e onde se possa jogar.

CONSTANTINO JOSÉ DOS SANTOS.

«Pois quê! quando os pensamentos se abaixam, quando os caracteres se degradam, quando os principios se obscurecem, quando as intenções se envenenam, quando os actos publicos revelam a triste anarquia que vai nas consciencias... pois quê! não será esse o momento proprio, conveniente, necessario, de apelar para a regeneração das ideas, para a propagação dos estudos, para a dedicação das vontades, para a ressurreição moral? Não será esse o momento de dizer cada um a verdade que tem dentro do coração?...

«A missão do escritor é um sacerdocio, um officio publico e religioso de guarda incorruptivel das ideas, dos sentimentos, dos costumes, das obras e das palavras. Para isso toda a altura, toda a nobreza interior são pouco ainda. Para isso toda a independencia de espirito, toda a despreocupação de vaidades, toda a liberdade de jugos impostos, de mestres, de autoridades, nunca será de mais... O sacerdote quer o coração limpo de paixões, de interesses, para aconselhar, guiar, julgar, imparcial e justo. O escritor quer o espirito livre de jugos, o coração livre de vaidades, incorruptivel e intemerato...

«As grandes, as belas, as boas coisas só se fazem quando se é bom, belo e grande. Mas a condição da grandeza, da beleza, da bondade, a primeira e indispensavel condição, não é o talento, nem a sciencia, nem a experiencia: é a elevação moral, a virtude da altivez interior, a independencia da alma e a dignidade do pensamento e do caracter...

«Se já alguma hora da historia impôs aos que falam alto entre os povos obrigações de seriedade, de profunda abnegação, de sacrificio do *eu* ás tristezas e miserias da humanidade, de trabalho e silencioso pensamento; se alguma hora lhes mandou serem graves, puros, crentes, é certamente esta do dia de hoje...»

ANTERO DE QUENTAL.

«As teorias gerais e a presunção são sempre causas de terriveis desgraças. Tudo o que liberta o espirito sem nos tornar senhores de nós proprios, é pernicioso.»

GOETHE.

«Quem deseja ordenar o mundo não segue o mundo.»

D. FRANCISCO DE PORTUGAL.

Alexandre Herculano e o problema moral e social do Portugal moderno

A vida moral é um processo psicologico a que as imagens de certos individuos que se impõem ao nosso espirito, que veneramos e imitamos, dão a força impulsora e norteante. A personalidade da criança cresce por imitação dos outros *eus*, por constantes modificações do seu sentimento de si mesma, as quais se realizam pelo efeito de sugestões provindas de *outros*. Há uma corrente ininterrupta entre a idea do *eu* e a idea do *outro*, o que determina no individuo duas atitudes complementares: a attitude do habito e a attitude do crescimento, — afirmando-se na primeira o *eu* já formado, e na segunda, a imitação, a acomodação, as sugestões modificadoras do *eu* habitual. Com estas duas, porém, desenvolve-se em breve uma terceira attitude: a que corresponde á idea de um *eu* que legisla, que se impõe, ¹ — de um *eu* que manda sobre um *eu* que obedece. E' esta uma attitude de adaptação intencional, voluntaria, consciente, — diversa da attitude da afirmação espontanea (como no *eu* habitual) e da attitude da espontanea imitação (como no *eu* que cresce, que se adapta, que se vai plasmando).

Mas assim como o sentimento de si mesmo foi projectado sobre os *outros* (e de aí a idea do *outro*) assim com êste *eu* que legisla vai repetir-se o mesmo fenomeno: as suas leis devem valer, não só para mim, mas para os *outros*; e ele é, desde então, o *eu* moral.

O ideal determina-se por êste processo, não como uma regra abstracta, mas com os elementos e feições de certas vivas personalidades, de certas personalidades que nos suggestionam; é êste o facto psicologico que foi compreendido pelo estoicos, quando embrechavam o seu ensino com narrativas sobre actos, attitudes, respostas, dos grandes criadores da sua doutrina.

Ora, entre êsses *eus* ideais a cuja imagem e semelhança mais ou menos nos modelamos, alguns existem que se impõem, como tipos, a todos os individuos de um dado povo, consubstanciando propriamente a idea da Grei a que pertenceram, a lei do cidadão, o tipo do patriota: são os heróis nacionais, figuras em que a na-

¹ Em geral, o pai, a mãe, o mestre, nos primeiros tempos.

ção foi projectando e concentrando as suas próprias aspirações. A' medida porêem que as realidades mudam, e aparecem novas formas sociais, novas linhas de procedimento, a imagem dos heróis antigos — homens de outras eras e costumes, — apesar dos retoques e alargamentos vai-se tornando menos utilizavel na experiencia de todos os dias; o seu valor funcional diminue. Nunalvares, por exemplo, ou o Desejado, pouco nos podem servir hoje como modelos a imitar. Enquanto a seiva da afirmação colectiva foi o sentimento de revolta contra a perda da independencia (ou manifesta, durante o dominio castelhano, ou mais ou menos mascarada, depois de 1640 ¹) o tipo do guerreiro pôde satisfazer naturalmente as exigencias da ética colectiva; mas com a grande transformação social operada no país no seculo XIX, as directrizes da acção modificaram-se bem como o alvo do protesto, que é agora a incapacidade de uma falsa elite, a briga indecorosa dos politicastros, e a permanencia de um espirito velho dentro de formas sociais novas, antagonicas dêsse espirito.

Quis então o acaso que um homem houvesse em quem uma serie de circunstancias, já da sua pessoa, já da sua vida, concorreram para o tornar símbolo dos mais profundos sentimentos da consciencia nacional: Alexandre Herculano. O seu character, o seu temperamento, os seus actos, o papel que desempenhou na sociedade portugueza, coincidem perfeitamente na realização de uma figura tipica que é, ao mesmo tempo, o modelo moral de uma comunidade.

Entre essas circunstancias figura, em primeiro lugar, o temperamento do individuo. Não é o temperamento de um estoico, qual Oliveira Martins o descreveu, com cinzel brilhante e pouco profundo: nada da serena abstenção, da impassibilidade racionada, da tranquillidade systematica de um Epicteto ou de um Marco Aurelio. Herculano é um caracteristico «meridional» no apaixonado, no violento, na descompassada turgidez do seu protesto. Mas essa candencia de temperamento, em vez de se unir como tanto succede a uma intelligencia de vivacidade, — de pura vivacidade superficial e saltarela, — aparece-nos aqui enquadrada pelo cérebro mais lucido, mais verrumante, mais justamente afinado e systematico que pensou em lingua portugueza. A paixão systematizada produz o grau maior da fôrça: e a fôrça é, por isso mesmo, a característica do seu pensamento. Essa fôrça, porêem, não se concentra sobre si propria, como a dos estoicos, para submeter a

¹ V. o meu artigo *Interpretação do Sebastianismo*, na *Agua*.

imaginação e dominar a sensibilidade, até repousar na compreensão e aceitação de todas as coisas; aquilo que á sua consciencia repugna, Herculano não o quer compreender, nem aceitá-lo. O seu character essencialmente heroico protesta e vocifera; e oprimido pela sociedade, asfixiando de angustia, de indignação e de náusea, é a propria energia do ser moral que lhe não consente o viver nela: segrega-se do ambiente, rodeia-se de um fôssô, entrincheira-se, vencido mas insubmisso, com a necessidade intima e insuperavel de dar uma forma material, sobrelevante, á sua enérgica incompatibilidade. Foi assim que Val de Lobos se tornou um simbolo, cuja fôrça suggestiva seria possível exemplificar nos nossos proprios contemporâneos.

Um simbolo, porém, não só do sentimento de protesto mas de pensamento criador. Aquele retiro de anacoreta é uma escola de trabalho, uma propaganda de progresso agrícola, uma realização da sua idea sobre a maneira de regenerar a sociedade que o vitimara. Em 1851 escrevia: «Amo ardentemente o progresso moral e material da terra em que nasci; e vejo que ele deve vir sobretudo do desenvolvimento da agricultura, da solução racional das questões scientificas, economicas e até juridicas e politicas que podem ter relação com a primeira das industrias, primeira em todos os países, mas que entre nós está imensamente acima de quaisquer outras, e prasa a Deus o esteja sempre». Quinze anos depois, ele era mestre de agricultura dos agricultores de Santarem.

Junte-se ao temperamento o feitio moral do pensador que se reflecte no seu estilo — já tantas vezes comparado ao bronze — a austeridade firmíssima, o heroico do sentimento, a rudeza da afirmação, e ver-se-há que a paixão e a fôrça se exprimiam em Herculano por aquelas arestas de franqueza nítida, por aquela severidade de lineamentos que tanto lhe sobresaem na figura — fisica e espiritual, — e que foram sempre characteristics do ideal moral do Português. «O ideal italiano», — escrevi eu em tempos — «foi o *cortegiano* de belo corpo e mente bela, formosamente vestido de côres formosas, artista plástico e politico astuto, habilissimo no punhal, capaz de um discurso á Tito Livio e de uma epistola ciceroneana. O ideal francês foi o *honnête homme*, quer dizer, um fino espirito de salão, psicólogo subtil e esgrimista de florete, *homme d'honneur et homme d'esprit*. O ideal espanhol foi o *hidalgo*, que não é necessário descrever. O ideal inglês é o *gentleman* rico que colabora assiduamente no governo do país, apaixonado pelo exercicio fisico, pelo mando e pela politica. Veja-se um bom retrato

italiano do século xv, o rosto do *Voltaire* de Houdon, um guerreiro de Velasquez, o *busto da inglesa* de Soares dos Reis: sentireis logo as diferenças de espirito donde essas diferenças de ideais provêm. Voltai depois ao retrato de Herculano. Concluireis de aí um tipo severo, leal, de bronze,

Homem de um só parecer,
De um só rosto e de uma fé,
De antes quebrar que torcer,»

aquele tipo que designamos pelas expressões: «português á antiga», «português de lei», «homem á antiga portuguesa». Nunca decerto o ideal de um povo se viu melhor esculpado não só no genio mas na vida, não só na vida mas na obra, e até nas linhas fisionomicas de uma característica individualidade.

Mas tudo isso, que já é muitissimo, dá só a roupagem da personalidade e do seu significado para a alma da GREI. Mais no íntimo entra a intuição obscura para a maioria das inteligencias, mas justissima, de que a luta entre Herculano e o seu tempo não é só um episodio, mas o proprio simbolo, do problema português da actualidade. «Em um momento reúne o Senhor na minha alma» — escrevia em 1836, com a forma biblica, na *Voz do Profeta* — «as dores com que por largos dias generá esta desventurada patria». E' que no seu espirito se focou o espirito nacional, protestando contra a ineptia, a crápula e a desfaçatez dos dirigentes, e contra a interrupção e sofismação da reforma iniciada por Mousinho. «A arvore da liberdade foi cerceada junto da terra»; a GREI, tomando a forma de uma nação moderna em 1834, ficou nos primeiros passos da transformação social empreendida pelo reformador, de cuja obra Alex. Herculano deu a teoria e a justificação; e quando o país, privado dos recursos coloniais de que até aí se sustentara, transvasou para a forma nova o antigo espirito comunitario, surgiu o problema português actual, problema que êle denunciou nos seus escritos e viveu na sua vida. Os seus combates ininterruptos com os sofismadores da revolução e a sua retirada para Val-de-Lobos, — intrincheirado nesse recurso á acção criadora junto do povo, — são a epopeia simbolica, e predestinante, do Portugal contemporaneo.

Por isso mesmo os espiritos sinceros em quem a idea do resurgimento encarna com verdadeira profundidade — são nisso discipulos de Herculano; contra a viciosa organização do Portugal dos nossos dias todo puro grito de protesto tem em Val-de-Lobos a sua fonte. A geração que se lhe seguiu obscureceu o problema,

porque se desviou da realidade nossa para se ir perder em abstrações (políticas sobretudo), e exaltando-lhe o genio moral julgou-se por ele incompreendida, quando era ela, afinal, que não compreendia Herculano. Para nós, o autor dos *Opusculos* é não sómente maior, mas mais moderno, que todo o trabalho posterior na vida intelectual portuguesa. Donde procedeu que Antero, compreendendo o character nacionalissimo da figura do publicista, não abrangeu toda a extensão do seu significado colectivo, — resultado dessa cultura artificial do Terceiro Romantismo, mais sabedora de teorias abstractas (quando as sabia) que das realidades sociais do país.

«A morte de Alexandre Herculano», — escrevia Antero de Quental quando Herculano morreu, — «não é sómente um luto para a literatura portuguesa: é um verdadeiro luto nacional. Ultimo representante de uma illustre geração, em que o forte genio português reverdeceu ainda neste século com uma seiva tardia, Alexandre Herculano era mais que um grande escritor: era, em toda a fôrça dos termos, um grande homem, uma dessas raras individualidades em quem se reflecte, como num espelho, o character de uma raça, em quem o povo reconhece, por uma íntima afinidade, a expressão genuina do seu temperamento intelectual e moral, nas idéas e nos sentimentos, nas qualidades culminantes e até nos defeitos característicos.

«Antes de tudo, Herculano foi isto: um *representative man*, como tão bem dizem os ingleses, o representante do genio da sua nação: e foi êste intimo sentir de patriota, que penetrava o seu ser, decidindo dos seus gostos e das suas opiniões, que determinou irresistivelmente a sua vocação literaria...

«Na fisionomia moral de Alexandre Herculano ha certas linhas que fazem lembrar o perfil energico e simples dos herois typicos da nacionalidade portuguesa. Pertencia a essa grande linhagem, que acabou com ele, — e o seu século, admirando-o, considerava-o todavia com um certo espanto ininteligente, como se sentisse vagamente que aquele homem pertencia a um mundo extinto, um mundo cujo altivo sentir já ninguem compreendia...

«Não nos cabe ser juizes entre um grande homem e uma epoca, que tantos aclamam gloriosa enquanto outros persistem em tê-la por mesquinha. A historia (como tantas vezes succede) dará talvez razão, ao mesmo tempo, á epoca, que não podia ser maior nem melhor do que as circunstancias a fizeram, e ao homem nobre e sincero cuja altiva integridade repugnava invencivelmente a que pactuasse com o abaixamento moral dos contemporaneos, embora tal abaixamento lhe parecesse providencial, preferindo a attitude isolada e austera do protesto, e as más vontades que ele provoca nos caracteres vulgares, á influencia e dominação alcançadas pela convivencia com as paixões, os desvarios e os vicios da epoca...

«Há glorias mais brilhantes e ruidosas: nenhuma pode haver mais pura.»

Estas palavras, que são um juizo sobre Herculano e a sua epoca, são ainda (pelo que não dizem) um documento sobre a geração de quem as pensou e escreveu.

*

Aproximava-se, para a mentalidade portuguesa, uma hora lúgubre. Mortos ou impossibilitados para a vida activa os seus publicistas de merecimento, ficou a Nação desamparada, sem um crítico, sem um guia que a protegesse contra a avalanche de

despauterios que iriam despejar sobre ela, triunfantes, todos os que quisessem abusar da inercia mental do grande público,—e tornou-se fácil, desde então, satisfazer odios contra Herculano...

Escreveu agora o sr. Teofilo Braga (autor de obras mais que péssimas, inqualificaveis, e verdadeiro homem representativo dessa epoca de esfacelamento da intelligencia portuguesa) um artigo partidarista cuja doutrina não discutimos, porque não desejamos intrometer-nos nas arruaças dos politicos (independentes que somos de todos eles) mas onde o autor assacou, sem levantar protesto, uma acusação falsa a Herculano que estamos obrigados a refutar, como defesa que nos incumbe do tesouro moral da comunidade. ¡Ai do povo que se cala quando lhe conspurcam as personalidades em quem o seu ideal incarnou, que são os seus mestres no pensamento e os seus modelos no character! Abocanhar Herculano é atentar contra a Estirpe, empeçonhando as mais puras fontes da sua vida espiritual.

Diz pois o sr. Teofilo Braga (já inventou um Herculano caceteiro, um Herculano burlão, um Herculano ignorante) diz pois o sr. Teofilo Braga, vingando-se mais uma vez de um juizo desfavoravel que, com toda a razão, Herculano emitiu a seu respeito :

«Ocorre-me o caso de Alexandre Herculano. Em 1871 o marquês de Avila mandou fechar as conferencias democraticas do Casino, onde Antero de Quental, Eça de Queiroz, Soromenho e outros escritores fizeram algumas preleções sobre arte, litteratura, historia e pedagogia. Diante dêsse atentado contra a intelligencia, Fontana escreveu a Alexandre Herculano, pedindo-lhe a sua opinião, como homem de grande ascendente moral, para que manifestasse o seu juizo sobre o caso Herculano tergiversou, e em vez de exercer o seu poder espiritual respondeu que o caso nada valia, passado com môços entusiastas, porque as questões capitais eram o Infalibilismo e o Marianismo.»

O opusculo com que Herculano respondeu a José Fontana é das obras mais faceis de consultar da litteratura portuguesa, e só a infinita audácia do afirmador e a sua convicção (infelizmente justa) de que o ambiente intelectual é inferiorissimo, lhe permitem avançar ás-declaradas afirmações desta ordem.

Como todos sabem, o ministro Avila mandou fechar as citadas conferencias depois do discurso de Antero de Quental sobre as causas da decadencia dos povos peninsulares, porque nesse discurso havia doutrinas que foram consideradas pela autoridade como ataques á religião do Estado (o sr. Teofilo Braga omite a razão porque a autoridade interveio, a qual desde logo faria ver a que vinham, no opusculo, Infalibilismo e Marianismo). Posto isto, muito longe de tergiversar, Herculano protestou altamente e fortemente, pondo ao lado da mocidade o prestigio do seu nome, o

vigor da sua pena, a sua lucidez de intelligencia, os seus recursos de erudição. O opusculo, intitulado *A supressão das conferencias do Casino*, consta de:

1.º Um elogio de Antero de Quental, autor da conferencia condenada pelo ministro;

2.º Um protesto contra o acto do ministro, e contra a sentença de condenação;

3.º A demonstração de que a sentença do ministro era contraria ao direito, no respeitante á liberdade de manifestação das idéas;

4.º A demonstração de que não só a sentença era ilegítima, mas improcedente a accusação, pois que o motivo alegado pelo ministro (ataque á religião do Estado) era insustentavel perante a teoria no que concerne ás relações do Estado e das Igrejas;

5.º A demonstração de que o procedimento do ministro não correspondia, além disso, á realidade da lei positiva, isto é, ao texto da Carta Constitucional (de 1826) que declarou que o Catholicismo continuaria sendo a religião do Estado.

Herculano, portanto, não se limitou nesse escrito a protestar contra o condemnador: fez a apologia do condemnado; não protestou e elogiou só, demonstrou, filosofica e juridicamente, a improcedencia da accusação, o abuso da autoridade. Fez o maximo. Defendeu a mocidade como escritor, como jurista, como teologo, como advogado, como dialectico. Examinemos sumariamente aqueles cinco pontos do protesto, da defesa, — e do conta-ataque.

1.º Começa o escritor por declarar

«a simpatia que sinto pelo autor (Antero de Quental) não obstante a profunda divergencia que há entre as nossas opiniões; é talvez porque no seu character me parece descobrir uma daquelas indoles nobremente austeras que cada vez se vão tornando mais raras» (*Opusculos*, vol. I, p. 250, a 2.ª dêste opusculo).

e logo na pagina seguinte insiste sobre

«a clara intelligencia (de Antero) e a autoridade moral que lhe dá a integridade do seu character.»

2.º Passando á consideração do acto ministerial, eis como se exprime o publicista:

«Quanto á supressão das conferencias, que quer que lhe diga? *E' pior que uma ilegalidade*, porque é um despropósito... ; Pois a consciencia timorata da policia a escrupulizar de ouvir impiedades e a pôr, para as coibir, o bengalão do quadrilheiro no logar das formulas judiciaes, é coisa que se tolere? Quando tais enormidades fossem lícitas...» (p. 250 e 273).

Diante disto, o sr. Teofilo Braga testemunha: «Herculano

tergiversou, e em vez de exercer o seu poder espiritual, respondeu que o caso nada valia» . . .

3.º Adiante. Passemos á argumentação. Em primeiro lugar, o procedimento do ministro violou, segundo Herculano, um direito anterior á lei positiva. Diz o filosofo :

«O discurso oral é manifestação da idéa, como o é o discurso escrito. Não se pode suprimir o orador, como não se pode suprimir o escritor. . . O que é *grave* em si, e como tendencia, e como sintoma, é a intervenção da policia preventiva nesta questão : é a policia violando um direito anterior á lei positiva, o direito da livre manifestação das idéas, direito exercido por individuos que se apresentam franca e lealmente adversarios do catolicismo e aceitam sem tergiversar a responsabilidade e a penalidade que possam corresponder ao seu acto. O governo parece ignorar que o bom ou mau uso dos direitos absolutos está acima e além das prevenções da policia. Diz-se que se respeita a liberdade de pensamento, sob a condição de não se manifestar, é pueril. Na manifestação é que reside a liberdade, porque só os actos externos são objecto do direito, e a liberdade de pensar em voz alta é um direito originario, contra o abuso do qual não pode haver prevenção, mas unicamente castigo. . . O seu amigo Antero de Quental podia fazer dez, vinte, cem conferencias contra o catolicismo, contanto que não perturbasse a paz publica. . . di-lo o artigo 363 do codigo civil.» (p. 260-2).

4.º Mas não só isso. Não podia haver prevenção, diz Herculano, *nem castigo*. No campo ainda da filosofia juridica, o castigar certas idéas por contrárias á religião do Estado pressupõe a legitimidade de uma religião do Estado. E Herculano nega-a : a Carta não podia «transformar a religião em instituição politica» (p. 264); era necessario acabar com «o antigo dominio de uma crença exclusiva e tiranica», e fazer «a distincção precisa entre o Estado e a Igreja, que tem de vir a formular-se definitivamente nas sociedades futuras» (p. 265). Eis a questão de direito filosofico.

5.º Mas ha ainda uma questão de direito positivo. O certo é que tinhamos religião do Estado; e agora, partindo do facto da Igreja instituição do Estado, tal como a Carta Constitucional a estabeleceu em 1826, Herculano, por um contra-ataque interessantissimo que é uma achadilha de dialectica, demonstra que quem estava fora da lei era o ministro — e o clero official. Com efeito, a doutrina sustentada pelo governo como religião do Estado não era «o catolicismo proclamado instituição do Estado pela Carta»; portanto ela não era defensavel, em nome da lei, pelo governo; e o dever dêste consistia, não em «estar espreitando ás físgas das portas se algum mancebo expõe as suas opiniões a uma assembléa pacifica e pouco numerosa», mas em «compelir o clero *official* a respeitar as doutrinas da Carta». O proceder do governo era assim condenado em nome da sua propria lei e do proprio principio a que recorrera : a Carta e a religião do Estado. O clero official, o clero do Estado, aceitando as inovações do Concilio do Vaticano (Infallibilismo e Marianismo), seguia uma

religião diferente do Catolicismo de 1826, da religião do Estado; era ele, e não Antero, quem infringia a lei positiva, visto que, sendo official, substituiu o Catolicismo de 1826, proclamado instituição official, pelo

«neo-catolicismo, com seus dogmas de nova fabrica e materia velha... Ou o *Syllabus* ou a Carta... Os neo-catolicos constituídos em dignidade, exercendo funções publicas, ficam em plena liberdade interior de crerem o que lhes aprouver: nos actos exteriores hão-de ser catolicos de 1826» (p. 281-2).

Eis aí; eis o que diz o opúsculo em que Herculano «tergiversou». A demonstração está completa, — a minha e a dêle. . .

A mesma pena que anavalhou Antero apresenta-se a defendê-lo contra o historiador. Ora, o que Antero pensava de Herculano na propria epoca da sua morte (porteriormente, portanto, ao caso da conferencia) já nós o vimos; e sabe-se o que ele ajuizou e escreveu do sr. Teofilo e da sua obra. Sabe-se, mas não o queremos repetir aqui, se bem que provassemos com êsses juizos um ponto doutrinal importantissimo: a decadencia de uma sociedade onde escritores dêstes logram impor-se, e podem atacar impunemente (com a falsidade que demonstrámos) aquella personagem entre todas nobre que, dando-lhe o modelo das suas virtudes, o seu emblema do Character, a sua inspiração de ressurgimento, comparte com Camões o privilegio maximo de ser, para nacionais e estranhos, — o representante da Nacionalidade.

ANTONIO SERGIO.

«Há uma certa solenidade e um certo terror na idéa de que não há um só acto, um só pensamento na vida do homem, que não acarrete com sigo uma cadeia de consequencias cuja extremidade nunca se pode avistar; nenhum acto ou pensamento que, até certo ponto, deixe de dar côr á nossa vida, e influir insensivelmente na vida dos que nos rodeiam. Um bom pensamento, uma bôa acção, nunca deixa de dar os seus frutos; mas o mesmo acontece com os maus pensamentos e actos; e ninguem há tão insignificante que possa ter a certeza de que o seu exemplo não produzirá o bem, ou o mal... Quem deixou de si a memoria de uma nobre vida, legou á posteridade uma fonte perene de bem... As biografias dos grandes homens são utilissimas, porque servem de auxilio, guia e incentivo para os mais. Entre as melhores, algumas há que valem quasi tanto como os Evangelhos, para nos ensinar a viver bem e a trabalhar energeticamente para o nosso bem e para o da sociedade.»

SAMUEL SMILES.

A SITUAÇÃO INTELECTUAL

O ensino superior e a industria nacional

A cooperação do ensino superior com as forças vivas nacionais é uma feição particular da missão social que assiste normalmente a esse grau do ensino; mas entre nós, e na hora difícil que atravessamos, essa cooperação impõe-se ainda mais, para não sermos esmagados pelos povos mais progressivos na luta económica que se aproxima.

Simplemente como exemplificação, vou passar em revista alguns problemas que, a meu vêr, muito interessam ao futuro da nossa nacionalidade, e que não podem receber uma solução satisfatória sem com os esforços das classes interessadas se congregarem os trabalhos especializados do ensino superior.

Diz-se que Portugal é um país essencialmente agrícola, e, apesar disso, excepção feita dum pequeno número de cultivadores ilustrados e de iniciativa, reinam ainda na nossa agricultura a rotina e o empirismo. Tendo-me posto em contacto, o ano passado, com varias câmaras municipais do Sul, com o propósito de colher elementos para a obra da extensão universitária, algumas impressões verdadeiramente desoladoras me foram comunicadas a tal respeito ¹. Por serem típicos, vou reproduzir alguns trechos dum officio que me foi dirigido por uma das municipalidades alentejanas acerca da agricultura do respectivo concelho:

«Os processos de cultura são dos mais primitivos, excepção feita dalguns aparelhos, como as charrúas americanas trivialmente empregadas na lavoura. Mas nem esta é feita à profundidade recomendada nos jornais e livros da especialidade, nem há selecção de sementes, assim como o emprego de adubos quimicos é feito o mais irracionalmente possível. Empregam em geral o superfosfato de cal em todas as culturas! O desastre inevitavel apresenta-se já bem patente, e este concelho, que podia produzir uma avultada quantidade de cereais que benéficamente influissem na eliminação do *déficit* cerealifero que se tem em vista, estará dentro em poucos anos reduzido à criação de gados, como sucedia há seus dez ou quinze anos. A cultura do arroz deixa tambem muito a desejar. Há mais de trinta anos que não se renovam as sementes e os modernos processos de cultivar tão util e generoso cereal são completamente ignorados. Pois os terrenos são bons e a agua não falta na maior parte dos anos e só excepcionalmente faltaria nos anos de maior seca, se fosse bem aproveitada.»

¹ *Universidade de Lisboa: A sua missão social*, por P. J. da Cunha. In *Boletim Oficial do Ministerio da Instrução Publica*, n.º 13 - 16.

E' inutil insistir sobre o muito que o ensino superior agricola pode fazer para melhorar esta confrangedora situação, e sobre a orientação sensata que pode imprimir à nossa atrazada agricultura pelos métodos da extensão universitária. Reporto-me à interessantissima conferencia do ilustre professor do Instituto Superior de Agronomia, sr. Azevedo Gomes, sobre *A Universidade Americana nas suas relações com o público; a Obra da extensão universitária e os progressos da Agricultura* ¹.

O nosso principal artigo de exportação é o vinho, e por isso compreende-se o sobressalto das numerosas classes interessadas em face da escassez dos transportes, da atitude hesitante do Governo inglês, ora proibindo, ora restringindo, ora autorizando a importação dos nossos vinhos, ou da atitude decidida da Noruega, opondo-se à entrada de vinhos de qualquer procedencia quando a sua força alcoólica exceda determinada graduação. Mas não só a respeito do comercio deste artigo precioso se notam o empirismo e a falta de conhecimentos técnicos, que se revelam em qualquer dos ramos do nosso comercio de exportação, como tambem se não tratou ainda a sério da criação doutras industrias, que possam absorver o excedente das uvas da nossa produção, se um dia já não fôr possivel transformá-las todas em vinho.

Eu sei que um regime de temperança há de ser difficil de estabelecer na velha Europa, e que, uma vez estabelecido em qualquer parte, só com grande lentidão poderá alastrar-se; mas durante a guerra a luta contra o alcoolismo tem redobrado de intensidade, designamente em França, e a entrada dos Estados Unidos no grupo dos aliados há de ser fertil em consequências, entre as quais figurará certamente a adopção, mais ou menos perfeita, de muitos hábitos americanos.

E' sabido que nos Estados Unidos já a experiencia demonstrou à saciedade que a interdição do consumo das bebidas alcoólicas, aplicada com uma severidade de que entre nós se não póde fazer a mais ligeira idea, dá resultados surpreendentes, não apenas no dominio da higiene, mas tambem no campo industrial ². Daí a facilidade com que as leis de temperança se propagam na America do Norte de cidade para cidade e de Estado

¹ In *Revista Agronómica*. Esta conferencia, bem como a não menos interessante do sr. professor Ruy Mayer, tambem sobre a Universidade Americana, foram feitas perante a Sociedade de Sciencias Agronómicas de Portugal, após a proveitosa missão de estudo que os dois abalisados professores desempenharam nos Estados Unidos da America do Norte.

² Victor Cambon — *Etats Unis-France*.

para Estado; e o facto de os capitais e as iniciativas affluirem de preferencia aos chamados *Estados sécos* é um estímulo permanente e fortissimo para que todos os outros Estados da União vão successivamente adoptando as mesmas leis.

Assim, por longinquo que o perigo pareça, não valerá a pena aos interessados irem estudando com tempo a viabilidade da implantação doutras industrias remuneradoras, em que tambem se empregue a uva como matéria prima?

Já teem sido sugeridas algumas soluções para este interessante problema¹, e o seu estudo, e o de quaisquer outras que porventura pudessem apresentar-se, daria certamente bastante que fazer às classes interessadas, aos professores de ensino técnico, agricola e industrial, e até aos professores de medicina e de sciencias comerciais.

Depois do vinho é a cortiça, de entre todos os produtos da terra, a mais valiosa mercadoria do comercio nacional. Extraiem-se por ano dos nossos sobreiros mais de cem milhões de quilogrâmas de cortiça, o que torna o nosso país um dos maiores produtores desta materia prima.

Segundo uma publicação official², calcula-se em mais de 7000 milhões de quilogrâmas a produção mundial, cabendo 6000 à Espanha; 116,5 a Portugal; 60,5 à Argelia e Marrocos; 7,5 à França; 4,8 à Italia e 1,4 à Tunisia. Figuramos ainda em segundo lugar, mas é para temer que não possamos conservar por muito tempo essa vantajosa situação. Os países do Norte de Africa, que há meio século começaram a dedicar-se à exploração da cortiça, já hoje nos fazem uma grande concorrência, e graças ao plantio sistemático do sobreiro e à excelencia do fabrico, é preferida hoje por consumidores de varias nações a cortiça que exportam. Assim, por exemplo, a Argelia, que em 1870-1871 apenas deu saída a 1.600:000 quilogrâmas de cortiça, viu elevar-se essa exportação a 30.833:600 quilogrâmas em 1907, isto é, em menos de 40 anos a exportação tornou-se quasi vinte vezes maior.

Examinando os mapas da nossa exportação de 1900 a 1913 reconhece-se que, ao passo que o aumento na quantidade atingiu

¹ Recordo-me neste momento duns artigos publicados na *Lucta*, pelo sr. Antonio Eduardo Vieira de Sousa, intitulados: *Projecto de solução da crise vinicola* (n.º de 25 e 27-8-1917).

² *Resumo de informações sobre a cortiça em Portugal*, publicado pela Comissão do Fomento de Exportação.

cerca de 109 0/0, o acréscimo do valor não chegou a 54 0/0. A explicação desta anomalia parece estar, conforme a mesma publicação oficial, na concorrência, no mau preparo das espécies e na penúria dos incentivos.

Nota-se mais que, sendo a rólha, de todos os artefactos da cortiça, o que alcança remuneração mais vantajosa, não é este o produto da industria corticeira que mais avulta na nossa exportação. A maior procura dos compradores estrangeiros é para a cortiça em prancha, e logo abaixo veem as aparas de cortiça, a cortiça virgem e a serradura. E vendendo nós a cortiça em bruto a nações onde ela falta absolutamente, mas em que são notáveis o espirito de iniciativa e o desenvolvimento industrial, vamos comprar-lhes depois a cortiça em obra, designadamente as rólhas finas ou de luxo, que elas fornecem em grandes quantidades. Perde assim o nosso país os lucros do fabrico, o produto vem onerado com despezas de alfandega, fretes marítimos, transportes terrestres e interesses dos intermediários, e deixamos de dar trabalho ou de retribuir melhor muitos braços que entre nós poderiam obter emprego facil nesta industria.

A cortiça portuguesa é de excelente qualidade, e tem condições de elasticidade que a tornam a mais propria para o fabrico das rólhas; por outro lado, a extensão ocupada pelos nossos sobreirais eleva-se a tresentos mil hectares; tivemos durante muito tempo uma clientela segura, e parece poder-se contar ainda com os compradores da Inglaterra; apesar disso a crise corticeira existe e agrava-se de dia para dia, fechando as fábricas umas após outras. A continuar este estado de coisas, contar-se-hão em breve por milhares os operarios corticeiros que se verão a braços com a miseria.

No estudo das causas que determinaram o estado afflictivo, em que esta industria se debate, e dos remedios que tem sido propostos para o conjurar, encontrarão certamente vasto campo de trabalho os nossos professores de ensino técnico, agricola e industrial, e os das sciencias económicas e comerciais ¹.

Num recente trabalho do sr. dr. Alfredo Bensaude sobre a colaboração do Instituto Superior Técnico no desenvolvimento da industria nacional ² assinalam-se factos curiosos respeitantes às nossas industrias do vidro e do cimento.

¹ Veja-se a *Questão corticeira*, por Julião Quintinha, in *Seguros, Comercio e Industria* e in *Voz do Sul* (1917).

² In *Agua* (n.ºs 61-63), Porto, 1917.

A primeira, que tem uma vida precária apesar da protecção pautal, ainda hoje importa do estrangeiro materias primas facilmente substituíveis por outras existentes no país, e cujos jazigos poderiam ser pesquisados e estudados scientificamente por individuos com a necessaria preparação técnica. A segunda, tambem pouco desenvolvida, consente que todos os dias importemos do estrangeiro grandes quantidades de cimento, quando as poderia fabricar de igual qualidade aproveitando os variadissimos calcareos argilosos que possuímos, e que nunca se lembrou de mandar estudar scientificamente.

Outro exemplo nos fornecem as indústrias do barro e da argila, que já tiveram entre nós épocas de gloria, e que ainda contam nos nossos dias representantes de valor. Os produtos da nossa cerâmica, outrora tão florescente, os nossos afamados azulejos, de que contemplamos restos preciosos em muitos palacios e casas antigas, podem ombrear com os mais reputados do estrangeiro. Um futuro risonho poderia, pois, deparar-se ainda para estas indústrias, se pedissem á sciencia que tornasse conhecidos todos os recursos que o nosso solo lhes pode fornecer, e estudasse a maneira de aperfeiçoar os processos tecnicos e os métodos de trabalho de que ainda hoje fazem uso ¹.

Temos outro exemplo frisante na indústriia do papel. A existencia no norte do país duma fabrica de cellulose, que ha cerca de vinte anos aproveita como materia prima a polpa produzida pela trituração da madeira de pinheiro, é prova concludente de que o fabrico da pasta de papel é indústriia viavel entre nós ². Apesar disso, estamos a exportar quantidades consideraveis de toros de pinho, e continuamos a deixar á indústriia estrangeira, de que somos tributarios, os lucros daquêl fabrico.

Vasto campo se oferece tambem, a meu ver, aos homens de sciencia e de boa vontade no estudo das bases para o ressurgimento da indústriia da sêda, tão prospera no nosso país em tem-

¹ Pode vêr-se a bibliografia ceramica em Portugal numa nota do artigo sobre *A ceramica* publicado pelo sr. Albino Forjaz de Sampaio no n.º de *A Lucta* de 22-8-1917.

² Encontrei noticia desta fabrica num artigo sobre *Questões económicas* inserto no n.º de *A Capital* de 22-8-1917. Nesse artigo alude-se ao esparto saído do nosso Algarve, que depois importamos do estrangeiro transformado em pasta de cellulose; garantem-me, porem, pessoas fidedignas, que conhecem muito bem a mesma provincia, que a exportação do esparto para aquêle fim não tem importancia e que o seu aproveitamento local para o fabrico de pasta de papel não seria industria remuneradora.

pós idos. ; Tendo a matéria prima assegurada, porque assegurada está a existencia do bicho de sêda, graças á exuberancia com que a amoreira se desenvolve no nosso clima, porque não ha de ser possivel fomentar esta indústria, em larga escala, em Portugal, onde tem raizes tradicionais? Não a criaram os Estados Unidos, e não a mantem em extraordinárias condições de prosperidade, não obstante terem de importar as sêdas brutas do estrangeiro, principalmente da China e do Japão?

Os americanos, quando pensaram em explorar a indústria da sêda, tiveram que importar da Europa não só a matéria prima, como tambem todas as máquinas e accessorios da fabricação, e até grande parte da mão de obra. Mercê, todavia, dos seus processos práticos, do regime de bem entendido proteccionismo estabelecido nas suas alfandegas e ainda das engenhosas combinações financeiras que permitem o exercicio da indústria quasi sem empate de capital, o fabrico da sêda desenvolveu-se nos Estados Unidos ainda com mais pujança e rapidez do que na propria França, onde constitue uma das indústrias mais importantes e auspiciosas ¹.

Tambem ainda ninguem tratou de inventar fornalhas ou aparelhos especiais em que se pudesse tirar o maximo rendimento calorifero do carvão de qualidade inferior existente em relativa abundancia em certas minas do centro do país; nem de aproveitar industrialmente as aguas-mães das marinhas de sal e as grandes quantidades de algas que se acumulam ao longo das nossas costas, para a extracção de varios produtos, muito valiosos na actualidade, que nos vemos forçados a importar do estrangeiro ².

Um distinto engenheiro de minas nosso compatriota, sr. Antonio de Bessa Pinto, acaba de publicar o relato dos seus estudos teóricos que o levaram a afirmar a existencia em Portugal duma nova e extensa zona carbonifera ³. Compreende-se o interesse que terá para o nosso país a confirmação prática dessa descoberta, quando a dependencia em que pelo que respeita ao carvão, temos estado do mercado inglês, há sido uma das maiores causas

¹ Victor Cambon, *Etats Unis-France*.

² Vidê em *O Seculo* de 31 de Agosto de 1917 a entrevista com o sr. professor Luís Viegas sobre *Ensino técnico, industrial e comercial*.

³ *Existencia de uma nova zona carbonifera em Portugal*, por Antonio de Bessa Pinto — Porto — 1917.

do atrazo da nossa indústra e da vida verdadeiramente artificial, que tem vindo arrastando.

Mais um campo de acção, em que vantajosamente se podem encontrar os técnicos e os capitalistas.

A realização sistemática das pesquisas e sondagens do carvão, e a esperança de que sejam coroadas do melhor exito, não deverão todavia fazer olvidar a conveniencia de se completar o estudo das nossas quedas de agua, que possam ser utilizadas como fontes de energia electrica. Em todos os paises cultos se procura descobrir novas origens de energia, á medida que outras se vão esgotando, e a hulha branca está naturalmente indicada, porque se conhecem bastantes indústrias em que ela pode com vantagem substituir o carvão.

E muitas outras fontes de riqueza haverá certamente que bastante poderão desenvolver-se pelo aperfeiçoamento dos seus processos e pelo alargamento dos mercados que absorvem os seus produtos, sem que, para o fim que eu tenho em vista, seja necessário levar mais longe esta mera exemplificação.

PEDRO JOSÉ DA CUNHA.

«Examinando as cousas por miudos, vê-se bem como se criou o absolutismo na politica portuguesa, que absolutista continua sendo, mal envolta no manto transparente da liberdade, e porventura com alguma diferença para pior no moderno regime. O numero, mandando nas democracias, multiplica os defeitos aos sistemas absolutos. Individualmente, não são raros os assomos de independencia, e até os actos de ferocidade, talvez atavismos de algumas das raças da nossa ascendencia. Passada porém a primeira onda, acalmado o terror em que se é facil e vezeiro, a colectividade submete-se; e como se é muitas vezes inteligente, obedece-se capitulando, mas murmurando. E' o seu desfôrço mental. O português murmura e deixa-se ir. Quando as multidões desvairam, é ainda pelo mesmo motivo... Reflectidamente, e por motivos de interesse colectivo bem definidos e concertados, não se agitam. Os seus actos ou são deficientes ou são excessivos. Porisso as nossas revoluções teem sido desastradas, feitas sempre fóra de tempo. Foi assim a do Constitucionalismo, e foi tambem assim a de 5 de Outubro. O liberalismo, em que se diz e se pensa viver, é uma ficção. A opinião pública é em Portugal uma quimera. Os governos não governam contra a opinião, porque não há opinião, mas governam sem ela, o que é pior. Governam como querem, e não poucas vezes ás avessas do que o País quer, quando, na rara comprehensão das suas verdadeiras necessidades, alguma vez quer.»

(De *O Portugal Economico*, do sr. Anselmo de Andrade.)

Gintra, 1518
v. m. - H. 1241/1244

A SITUAÇÃO POLITICA

Uma nova oportunidade

No nosso artigo do primeiro numero de *Pela Grei* afirmámos que o 8 de Dezembro nos estava oferecendo uma oportunidade para podermos solucionar a crise que de tal modo nos envolve e nos domina, que nos arrastará até ao fundo se não a resolvermos devidamente. E perguntavamos: perdeu-se a oportunidade do 5 de Outubro; deixaremos perder a do 8 de Dezembro?

Com todo o pesar de quem avalia bem as consequencias da resposta que vae dar, diremos agora: essa oportunidade perdeu-se. Até hoje a ultima revolução aparece-nos como mais um fiasco a juntar á já longa lista dos fiscos, monarquicos e republicanos, que enchem a historia do Portugal moderno.

Porquê? Em primeiro lugar, o 8 de Dezembro não conseguiu acordar de vez a Nação. Foi sem duvida uma grande sacudidela, mas sacudidela rapidamente desfeita em palmas e gritos ruidosos e efemeros. Suspeito de principio em virtude dos elementos partidarios com que apareceu, e dos que o apoiaram depois, o 8 de Dezembro não passou ainda dum simples movimento militar. Aclamado com delirio, não pôde dominar a situação. Libertou-se sem habilidade dos elementos com que tinha aparecido, ligou-se de mais com os outros, e está-se comprometendo aos olhos da Nação, repetindo os mesmos velhos processos anteriores: criar e dar logares, subornar classes e formar partido, perdido no meio desta falta geral de um sentimento vivo e de uma compreensão clara dos perigos actuais e das medidas para os prevenir.

Vê-se que mais uma vez faltou uma élite intelectual e moral, consciente dos seus deveres e das suas responsabilidades, que desse ao movimento politico homens e ideias indispensaveis para que ele pudesse vir a ser uma revolução redentora. Absolutamente inconscientes e impotentes, mercê do parasitismo em que vivem e da instrução que recebem, as nossas classes directoras, completamente desorganizadas e pervertidas, só querem que lhes garantam a continuação da triste vida que levam ou dos tristes privilegios que possuem. Por outro lado, as massas populares, desmoralizadas e sugadas pela exploração economica e pelo abandono moral do

Estado e das classes superiores, trabalhadas pelos politicantes, protestam justificadamente mas cega e desordenadamente, em agitações e grêves perturbadoras de toda a vida nacional.

Deste modo os politicos, não encontrando pontos de apoio sociaes sobre que se firmem nem indicações conscientes que os orientem, — ou caem na politiquice reles, escravos das proprias clientelas, servindo os interesses das oligarquias, senhoras de facto do Estado, se a sua mediocridade não lhes dá para mais; ou fazem reformas e revoluções inviaveis se, tendo algum merito, se sentem tocados pelos vagos e surdos protestos populares. Em qualquer dos casos, esses chefes politicos tão flagelados não passam afinal de autenticos bodes expiatorios, de verdadeiros *plastrons* atrás dos quaes as clientelas procuram satisfazer-se e os homens de negociatas podem impunemente fazê-las com o Estado, á custa de nós todos, e livrar-se dos furores populares. Estes, nos momentos de maior crise, investem contra os chefes politicos (que sabem fazer-se pagar dos riscos das suas funções de testas de ferro); tambem o toiro no redondel marra contra o trapo encarnado, poupando o *diestro*.

Esta estupenda situação tem-se mantido com a cumplicidade de todos. A' frente a maioria da gente ilustrada — professores, jornalistas, homens de letras, de sciencia, de negocios, artistas, medicos, engenheiros, advogados — donde lá fóra saem os melhores agentes das transformações sociaes, são entre nós o apoio solido da oligarquia por conta de quem vivem. A seguir, a gente anónima e trabalhadora, tosquiavel, sustentando-os a eles, aos oligarcas e aos seus servidores, com o seu esforço, com o seu pêlo, com a sua pele, por esses campos e por essas cidades, ou com a sua saúde, o seu sangue, a sua vida, nas terras estranhas, levada por esse lugubre êxodo que todos os anos constitue o primeiro artigo da exportação nacional, gado humano. Por tudo isto não é para admirar que o 8 de Dezembro se limitasse a seguir as nossas tradições revolucionarias, modificando apenas o lado superficial da situação, sem a atacar de frente nos seus fundamentos, — substituindo pessoas, empregando os velhos processos, quando muito exhibindo algum rotulo novo sem poder modificar o nosso vicioso modo de vida, a nossa organização social e o nosso espirito, pelo contrario agravando ainda mais a situação, pelas esperanças que criou e que ainda não pôde satisfazer.

Este agravamento do nosso estado ia naturalmente determinar uma convulsão perigosissima quando as noticias da guerra começaram a fazer-nos sentir e compreender o que ainda não

tinha sido sentido nem compreendido: que parentes nossos, amigos nossos, patricios nossos, portuguezes emfim — ricos e pobres, novos e velhos, monárquicos, republicanos, socialistas, anarquistas, católicos, protestantes, judeus, maçons, livres-pensadores, ateus — estão suportando a investida mais violenta que tem havido na conflagração actual. E que eles, os nossos, metidos na conflagração sem lhes terem explicado bem porquê, em terra estranha ou na Africa, desacompanhados dos cuidados e dos carinhos da Nação, preocupados com a sorte dos que cá deixaram e com a sorte do proprio Portugal (por eles lá fóra entre estrangeiros como nunca amado) que eles, os nossos, nestas pavorosas condições estão-se batendo com heroico valôr, estão-se estropiando com heroica resignação, estão morrendo com sofrimentos e agonias inconcebiveis, despertando assim o respeito e a admiração de todos, de amigos e de inimigos, transformando, com a sua extraordinaria abnegação, com o seu espantoso sacrificio, com o seu sangue e com a sua vida, o protectorado deprimente, mais ou menos encoberto, em que temos vivido com a Inglaterra, numa verdadeira aliança cimentada com respeito mutuo, bem digna da nossa historia e da historia da nossa grande aliada, e reabilitando-nos por completo perante os que nos têm considerado como uma Nação moribunda e só tem olhado para nós como possuidores dum rico espolio a repartir. Eis o que eles, os nossos parentes, os nossos amigos, os nossos patricios, emfim os portuguezes de todas as idades, de todas as classes sociaes, das mais variadas opiniões politicas e das mais variadas crenças religiosas e filosoficas e até sem opiniões nem crenças, estão fazendo lá fóra neste momento tão tragicamente decisivo para nós todos.

¿E nós, o que é que estamos fazendo cá dentro? Continuamos com a mesma vida miseravel, de braços cruzados; indiferentemente, ou para melhor dizer cobardemente, temos estado a assistir, inconscientes e impotentes, á reles politiquice que nesta tremenda hora só pensa em liquidar os seus odios, os seus despeitos, em tratar dos seus interesses pessoaes e partidarios (e dos das oligarquias) em preparar um duelo de morte entre os que foram senhores do Estado e os que o são agora, entre desalojadores e desalojados, com o risco iminente duma terrivel guerra civil, duma intervenção estrangeira, e com a certeza pungente de que o sacrificio feito num momento de gloria pelos nossos soldados lá fóra, e o sacrificio tenaz, continuo e obscuro dos nossos trabalhadores cá dentro, só servirá para dar a uns maior resistencia e aos outros maior ancia, sem que a organização social monstruosa,

dentro da qual temos vivido, sem que o espirito pervertido que nos tem animado, se modifiquem, — isto é, sem que os audaciosos sem escrupulos, politicantes, açambarcadores, especuladores, agiotas, falsificadores, *tutti quanti*, deixem de continuar a encher-se escandalosamente á custa da grande massa anonima, trabalhadora e paciente, com a impunidade e a segurança que lhes tem dado a conivencia do Estado, impossibilitando irremediavelmente a solução salvadora que tantos heroismos gloriosos e obscuros garantiriam, se fossem devidamente aproveitados e dirigidos.

¿Poderá haver melhor oportunidade para fazer ressurgir e transfigurar uma Nação que ha um seculo procura resolver o seu problema capital? ¿Poderá a Nação continuar indifferente deante do que se está passando lá fóra e do que se está passando entre nós? ¿Deixará sacrificar inutilmente o sangue generoso e heroico dos seus filhos nos campos de batalha da Europa e da Africa? Deixará continuar a torpe exploração a que entre nós estão sujeitos por parte das oligarquias e dos politicos, os obscuros trabalhadores dos nossos campos e das nossas cidades? ¿Deixará a Nação conservar-se uma atmosfera carregada, que nos ameaça com uma explosão terrivel, a qual poderá trazer a anarquia ou uma repressão que pode ser injusta? ¿Deixará abandonado a si mesmo, e portanto sujeito a transviar-se, um governo militar que podemos supor bem intencionado, mas que não tem um plano definido?

O que é preciso que se faça? Tornar consciente a vibração espontanea; interessar de vez a Nação; descrever-lhe com toda a precisão e com toda a verdade o seu perigoso estado; levantar-lhe o espirito, fazendo-lhe ver a possibilidade do ressurgimento pela sua intervenção. ¿E quem deverá tomar a iniciativa de tal empreendimento? O governo? Não é esse o seu papel, porque os verdadeiros governos devem ser os executantes da vontade nacional e não os criadores dela. ¿Os partidos politicos, monarchico e republicanos? Menos ainda, primeiro, porque são partidos, e portanto com o character estreito (não nacional) de clientelas que os caracteriza, e em segundo lugar pelas responsabilidades que já pesam sobre eles, num Constitucionalismo avariado de oitenta anos e numa Republica não menos avariada de oito. Quem pois? Os elementos superiores das diferentes classes, procurando ser a verdadeira elite que devem ser, traduzindo as aspirações e as necessidades da GREI, organisando os seus recursos materiais e humanos, que são muitos, no sentido dum ressurgimento nacional.

Abril de 1918.

F. REIS SANTOS.

DEPOIMENTOS

O nosso ensino secundario

A maioria dos alunos ao sairem das escolas portuguezas apresentam-se como candidatos a empregos publicos; dá-se este facto não só com os estudantes que saem das escolas de profissões liberais, mas com os proprios alunos dos institutos tecnicos. O sr. Francisco Antonio Correia, director do Instituto Superior do Comercio, escreveu o seguinte no ultimo Anuario deste estabelecimento: «Os alunos das nossas escolas não têm em regra, tanto a preocupação de se instruir para ficarem aptos a vencer as dificuldades da existencia, como a de obter cartas de exames, que lhes facultem a admissão aos concursos para os lugares publicos. E, admitidos como candidatos, não procuram adquirir aptidões para o bom desempenho do lugar; a sua aspiração consiste em obter boas classificações, o que é diferente, muito diferente mesmo.» Para quê ser competente? — o diploma faculta situações futuras certas, que uma vez alcançadas garantem a ascensão para outras melhores, por um dinamismo automatico: as promoções por antiguidade, por troca de serviços, por influencias politicas, etc., etc.

E' o velho parasitismo historico, organizado sob formas burocraticas modernas, a destruir a actividade espontanea que naturalmente brota em todo o portuguez que nasce e entra no mundo official pela porta do ensino official. O que não é levado a dar este passo, o que permanece inculto, na grande massa do país que pelos campos, pelas oficinas, arrasta uma vida semi-animal, esse não chega a parasita, mas é parasitado pelos outros, que condições proprias elevaram da instrução primaria aos liceus, dos liceus ás escolas superiores e das superiores ao emprego do Estado, — o sistema propulsor do organizado parasitismo. São raros aqueles que arrostam com a rotina deleteria do meio e por um trabalho inteligente afirmam a sua individualidade; estes mesmos, porém, põem-na geralmente ao serviço de interesses estreitamente egoístas, sem nenhuma preocupação moral e social. O nosso funcionalismo é um dos maiores que existem. Os nossos industriais, os nossos comerciantes, os nossos capitalistas são dos que menos se preocupam com os seus deveres sociais. E assim a nação desorientada só encontra no exemplo dos seus dirigentes o egoismo, ou passiva ou activamente explorador; e assim aparece no mundo

civilizado Portugal, constituído por uma grande multidão inconsciente e trabalhadora sugada por uma minoria ou passivamente parasitaria ou audaciosamente exploradora que se serve do Estado para os seus intuitos exclusivamente pessoais. E como fim supremo que a todos iguala aparece a ociosidade,—«a ociosidade tornada o ideal daqueles mesmos que trabalham»¹ na magistral expressão de Anthero de Quental.

O ensino oficial é uma das principais molas deste maquinismo, um factor poderoso da sua manutenção; está intimamente ligado com ele, é uma sua parte integrante.

E' assim que o ensino secundario tem falseado completamente a sua missão, tem sido um dos elementos que mais tem contribuido para a crise em que desde tanto tempo nos debatemos e hoje se torna duma gravidade extrema.

Vamos a factos.

O ensino secundario é uma instituição que prepara os portugueses para virem a viver á custa do Estado (isto é, viver garantidamente com o menor esforço e trabalho productivo) oferecendo-lhe como condição imprescindivel para entrar nas escolas superiores a conquista do diploma liceal. Para obter esse diploma são necessarias as notas de passagem de classe, é necessario satisfazer a um certo numero de exames. Ter notas de passagem de classe, passar nos exames, tal é pois o objectivo unico dos alunos; que os filhos tenham notas de passagem de classe, passem nos exames, tal é a preocupação dominante dos pais; dar notas, preparar para exames, tal é a função que o Estado exige dos professores. A obrigação de marcar notas tem-me levado quasi sempre a dar ao meu ensino feições que reputo erroneas². A preocupação de receber notas domina de tal maneira os estudantes que me capacito estarem eles no seu intimo convencidos que é para terem notas que devem estudar, que devem portar-se bem nas

¹ Portugal perante a revolução de Espanha.

² Referindo-se ao ensino primario fez o prof. F. Palyart Pinto Ferreira as seguintes afirmações: «Ha... uma *necessidade absoluta de trabalhar mal*, ainda que se saiba trabalhar, se reconheça o êrro que se comete, tanto mais que o *tempo urge*, porque o tempo para o professor primario é dinheiro, é o pão da familia, porque é a passagem á classe imediata, o correspondente aumento no vencimento,—e para isso é preciso *exames, muitos e bons exames!* E então o professor *obriga* a criança, é partidario do *esforço* e despreza as teorias do *interesse*, toma o *compendio*, passa *lições a dedo*, e como excitante, aplica a *palmatoria!*... A criança estuda gramatica, e desconhece a lingua; estuda aritmetica, e não sabe contar, estuda geometria e não sabe medir! Estuda a historia do seu país, e fica sem conhece-la; estuda corografia e não sabe a situação da terra que habita; tem lições de cousas e sciencias naturais e ignora o que come, o que veste, o que a rodeia!» (*Revista de Educação Geral e Técnica*,—Outubro de 1917).

aulas, que devem respeitar os professores, que é para dar notas que a escola existe. Disse-me uma ocasião um aluno: «Eu cá basta-me dez, contento-me só em passar.» Um outro declarou-me: «O obter uma boa classificação é uma honra». No fim das aulas é sobre notas que me veem falar; poucos são os que para outros assuntos me procuram.

As famílias condicionam maravilhosamente esta situação: o que só as interessa é garantir aos meninos um lugar seguro á mesa do orçamento (mostrando assim desconhecer o futuro, bem proximo certamente, que um tal estado de cousas promete a Portugal, e a desilusão que os espera). O que se ensina aos filhos, como se ensina, pouco lhes importa; que os rapazes passem, tenham diplomas, sejam empregados publicos, sejam bachareis, ainda que completas nulidades, isso é o que as preocupa. De aí o sistema de pedidos, de explicações particulares... Ha tempos fui procurado por uma pessoa que me convidou a dar duas ou tres lições a uma criança que devia ser examinada por mim; estava-se em vésperas de exames, não fazia questão de dinheiro; uma outra pediu-me para eu ser professor particular dum estudante de que eu já era professor oficial. Apresento só alguns casos passados comigo, omito os que me tem contado.

Este sistema tem ao seu serviço os programas e as aulas. Os programas apresentam a lista das noções que os alunos precisam de absorver para passarem; as aulas reduzem essas noções a um jogo mecanico de perguntas e respostas, exercicios no quadro, linhas no papel, experiencias nos laboratorios; formulas comodas facilmente armazenaveis na memoria, actos maquinais facilmente executaveis, que se obtem com paciencia, mas sem verdadeira elaboração mental. Qualquer, portanto, pode tirar o curso dos liceus; basta que se masse um bocado.

O mundo fisico que cerca o aluno é assim estudado exclusivamente através de definições, de sinais, de principios desconexos, sem ligações reais, como produtos duma existencia que não se encontra junto do aluno, que não o envolve, que não o influencia, que nada tem com os seus interesses vitais, dum meio estranho constituido por compartimentos separados onde dormem numeros, figuras geometricas, classificações botanicas, classificações zoologicas, leis fisicas, leis quimicas, nomes de rios, de cidades, de montanhas...; o mundo humano perde toda a vida, toda a significação e toda a realidade através de nomes de reis, de batalhas, de povos, de divisões de orações, de escolas literarias.

Como numa fantasmagoria aparecem ao lado uns dos outros,

em montão caotico e sem o aluno perceber porquê e para quê, os maximos divisores comuns, os ossos do carpo, as iridaceas, os lepidopteros, os ampères, os pesos atomicos, os Assurbanipais, os ablativos oracionais, os nomes predicativos, as proposições adjetivas... «Mas para que serve tudo isto que estudamos?» perguntou um aluno da 3.^a classe ao explicador, num arranco de desespero.

Estes conhecimentos são dados a turmas que podem ser constituídas por cinquenta alunos em aulas que se sucedem umas ás outras com intervalos de dez minutos até perfazerem o total de cinco tempos (aproximadamente cinco horas), terminados os quais o aluno vai para casa preparar-se para no dia seguinte restituir em troca duma nota as noções, as palavras e as formulas que recebeu na vespera.

Deste sistema resulta um acervo de conhecimentos vagos no espirito do aluno, sem relações uns com os outros, desprendidos de qualquer ligação com a realidade viva e concreta. Um aluno da quinta classe, rapaz muito aplicado e normalmente inteligente, ao ser-lhe pedido que citasse um caso de movimento circular que pudesse naquele momento observar, apesar de ter dado a sua definição dum modo impecavel e estar na presença dum relógio, indica varios objectos como por exemplo um cinzeiro, mas não indica o relógio. Um rapaz que concluiu com distinção os exames da quinta classe, ao ser-lhe pedida a explicação do facto de ele nadar mais facilmente na agua salgada do que na agua doce, não foi capaz de a dar, mesmo depois de lhe haverem indicado que ela estava no principio de Arquimedes, o qual ele sabia enunciar perfeitamente. Um aluno da terceira classe, hoje prestes a terminar o curso liceal, a perguntas como: qual é a capital do Brazil? que era a escola de Sagres? qual é a maior região do norte da Asia? que são plantas criptogamicas? responde: que a capital do Brazil eram os Estados Unidos; que a escola de Sagres ensinava a nadar; que a maior região do norte da Asia era a Turquia europeia: que as plantas criptogamicas eram aquelas que nasciam da humidade. Num exame de terceiro ano foi-me declarado, em resposta a uma pergunta minha, que os arcos representados na esfera armilar existiam de facto.

A mais pequena sombra de espirito critico, servido por uma cultura geral e consciente inspirada pela realidade, é manifestação que em rarissimos alunos que terminaram o seu curso liceal é dado encontrar, e esses mesmos são geralmente auto-didactas.

Resulta deste sistema a falta de iniciativa; os conhecimentos

são fornecidos pelo professor em estado de formulas já feitas para serem retidas (não ha mesmo tempo para lhos dar doutra maneira, devido ao tamanho das turmas, á vastidão dos programas, á obrigação de marcar notas). Os alunos reteem assim sem compreender; todos os com que eu tenho falado sobre o assunto (e numerosos teem sido) declaram que a maior parte das vezes decoram as lições sem as perceber. «Nós metemos todas essas cousas na cabeça», declarou-me um estudante, «mas tudo depressa se vae embora, só serve para apanhar notas». Um rapaz da quinta classe demonstrou uma occasião um teorema de geometria empregando nas formulas as letras do compendio e indicando com letras diferentes os elementos correspondentes da figura. Um outro, na terceira classe, chegou a decorar com os proprios numeros e soluções os exercicios do livro, que vinham como exemplos. E' o abafamento sistematico da livre e espontanea actividade, são obstaculos levantados ao aparecimento da crença na eficacia da acção, do esforço triunfador sobre a realidade ambiente e sobre o proprio individuo.

Resulta a ausencia de preocupações superiores. Idealismos, a grandeza da patria, o bem da humanidade, ambições de gloria, sonhos que agitam a elite da mocidade das sociedades progressivas e que pelo trabalho, pela iniciativa, se vão tornando realidades, são cousas que não ocupam os alunos dos liceus, a não ser para exhibicionismos retóricos em festas academicas. As conversas entre eles, entremeadas de graças sem a mais pequena parcela de espirito, e de expressões caracteristicas das classes mais baixas da sociedade, são duma futilidade e dum materialismo desoladores. Os seus actos são deploraveis: é o desaparecimento de lapis, de livros nas aulas, é o desaparecimento de chocolate, de assucar, de bolachas em excursões de estudo a fabricas, é o ofender e maltratar os mais fracos, são as corrupções torpes, são muitas cousas tristes, imensamente tristes.

Resulta deste sistema um justificadissimo horror pelo estudo. O ensino, tal como ele está organizado, não pode senão provocar esse horror. Contou-me um parente meu que imaginava que o que lhe ensinavam no liceu só tinha em mira atormenta-lo. Disse-me uma occasião um estudante que gostando de passar longas horas nas docas, interessado nos maquinismos e fazendo perguntas aos engenheiros, era com desespero que recolhia a casa para estudar fisica para o liceu. Quando por vezes nas minhas aulas me afasto dos processos a que o nosso sistema de instrução publica me escraviza, sinto a satisfação dos alunos. A

contra-prova do vicio de toda esta organizaçãõ encontro-a eu no vivo interesse dos alunos por aulas supplementares que alguns mais libertos da influencia do meio me pediram para dar, e em que procedo livre de todas as peias officiais; é que nelas tratamos de coisas reais, é que nelas o aluno intervem activamente.

Resultam deste sistema habitos de mendicidade, de mentira, de subserviencia, de hipocrisia: a colheita de empenhos, o agradar para obter boas notas, simulando interesse por um assunto.

Esta organizaçãõ, em lugar de beneficiar a sociedade não faz mais do que agravar os males sociais e os vicios existentes na familia e no meio. E' notorio por exemplo o factõ observado por colegas meus e por mim de muitos alunos perderem apreciaveis qualidades que revelaram possuir ao começarem os seus estudos. Mas que importa! — não se consegue em todo o caso o empregosinho, não se consegue ser doutor? Mas a grande massa da nação explorada? mas o mundo civilisado? — consentirão que tal regime se mantenha?

O nosso ensino secundario é pois um poderoso colaborador da nossa viciosa estrutura nacional. E comtudo, afirmo-o perentoriamente, ha numerosos elementos na mocidade das escolas muito aproveitaveis, que só exigem, para se tornarem obreiros dum Portugal regenerado, o serem libertos da pessima educaçãõ que sofrem, e orientados numa direcçãõ inteligente; os que declaram os portuguezes uma raça inferior, erram, explicam a sua incapacidade como dirigentes pela inferioridade dos dirigidos.

Urge portanto modificar radicalmente o ensino secundario. Mas essa modificaçãõ só pode realizar-se por meio da introduçãõ de bons processos de ensino, e portanto pela obtençãõ de professores que tenham a tecnica desses processos e que trabalhem dentro duma orientaçãõ geral inteligente e duma organizaçãõ escolar que permita o emprego de tais processos. Os trabalhos de comissões só serão uteis se puderem concorrer para este resultado, não se limitando a simples reformas de programas, regulamentos, organizações. E para que essa obra seja solida, efectiva, tem de estar ligada a um vasto movimento de reforma de ordem moral e economica tendente a modificar a nossa estrutura social e o nosso modo de ser psiquico.

E então, depois de haver homens capazes de a realizar, a reforma pedagogica poderá ser um factõ, e o ensino secundario um factor verdadeiramente importante do ressurgimento de Portugal.

AUGUSTO REIS MACHADO.

COMENTARIOS

Ideas e Factos

Ainda o caso Pombal. — Alguns liberais desconfiados viram no nosso comentario sobre Pombal... não se sabe bem o quê, mas em todo caso qualquer coisa suspeita para as suas convicções de liberais. Ora, devemos acentuar que uma das razões por que a estátua nos repugna é exactamente porque ela ofende todos os sentimentos liberais e democraticos. Pombal foi, mesmo em relação ao nivel comum da sua epoca, um reaccionario reaccionarissimo e furiosissimo: ¿ como o deverá julgar o nosso tempo? Expulsou os jesuitas; mas não se avalia um homem pelo acto bruto que praticou, abstraindo das intenções e condições em que o praticou. O que importa é isto: porque é que Pombal expulsou os jesuitas? ou ainda: que ideas atacou êle quando atacou a Companhia? Ora essas ideas que Pombal atacou nos jesuitas são as seguintes: o principio da soberania popular; o republicanismo; a afirmação do direito de resistencia aos tiranos; o livre-cambio; a concepção internacionalista da Republica ocidental europeia. E sobre tudo isto não há duvida possivel; temos a declaração do proprio Pombal; temos a *Dedução cronologica*. Porisso mesmo os Enciclopedistas, precursores da Revolução francesa e viscerais inimigos dos jesuitas, se indignaram apesar disso contra a acto do tirano. Di-lo Saint-Priest: «Podia-se acreditar que a opinião em França estaria mais disposta do que qualquer outra a acolher bem as acusações do ministro português: os Enciclopedistas deviam servir-lhe de auxiliares uteis e fieis; entretanto, não sucedeu assim. Os documentos emanados da côrte de Lisboa pareceram ridiculos na forma e desastrados na doutrina... Teve-se compaixão das vitimas, zombou-se do algoz, riram-se todos com a sua invocação ás ideas da idade-média... Houve tambem reprovacão geral de todas as maximas despoticas espalhadas nos manifestos.» E Voltaire, referindo-se ao suplicio do jesuita Malagrida, escreveu o seguinte: «ainsi l'excès du ridicule et de l'absurdité fut joint à l'excès d'horreur». Repetimos: *na luta entre Pombal e os jesuitas as ideas democraticas estavam do lado dos jesuitas*. E' por anti-democratico — e anti-humano — que nós, democratas, condenamos o monumento.

Mas a reforma dos estudos?

E' claro que, sendo os jesuitas os professores do país, a sua expulsão obrigou o Marquês a fazê-los substituir (e em substituir catedraticos se resume, afinal de contas, o essencial das reformas da instrução superior); cabe-lhe portanto uma condição negativa da reforma; mas a parte positiva (a qual, aliás, já começara muito antes a ser praticada pelos Oratorianos, favorecidos por D. João V) a parte positiva, criadora, deve-se aos Verneys, aos Ribeiros Sanches, aos discipulos ou colaboradores dêsses grandes homens; o movimento para a reforma dos estudos é anterior á acção do ministro omnipotente, e foram os escritos de Verney e Ribeiro Sanches que inspiraram os doutores encarregados da reforma. Ora Ribeiro

Sanches e Verney foram, despresado um, infamissimamente perseguido o outro, por Pombal. Por qualquer lado que vejamos a questão, só encontramos neste ultimo — em todos os actos de responsabilidade sua, — ofensas gravissimas ás ideas civilizadoras, e ataques *contraproducentes* — e anti-democraticos — ao jesuita.

¿ Que se pretende com a estatua ? Homenagear um inimigo dos jesuitas ? Pois bem : eleve-se o monumento a Luis Antonio Verney. A grande, a liberal e verdadeiramente eficaz investida aos jesuitas, foi elle que a fez. Fê-la em nome de ideais de educação, de civilização e de progresso ; a Pombal só o inspirou o absolutismo, a tirania, a insensatez, a crueza, a bestialidade, o rancor vilissimo. Aplaudir o anti-jesuitismo de Pombal seria a maior das indignidades, se não fôsse o efeito de uma concepção falsissima ; aplaudir o anti-jesuitismo de Verney é proceder como criatura humana, progressiva e livre. Erga-se a estatua a Verney, e seremos os primeiros a aclamá-la. O mito pombalino (a que devemos esta renitente mania lusitana de cifrar o genio politico na *tesura*) é, além de uma insensatez, uma injustiça para com a pleiada brilhantissima dos nossos grandes intellectuais da segunda metade do seculo XVIII, cuja obra Pombal não fez mais que deturpar, caricaturar, e comprometer ¹. — A. S.

*

Em torno do problema da educação popular. — De há tempos a esta parte tem trazido um periodico, na sua secção sobre *instrução*, lamentações sobre a frequencia deminutissima nas escolas primarias, juntando-lhes pedidos ao governo para que se efective (não diz como) a obrigatoriedade da frequencia. Não sabemos se o colaborador do periodico conhece escolas cujos alunos se desgostam muitissimo quando a aula acaba, e quando as ferias chegam ; garantimos-lhe que tais escolas existem, e que portanto o que haverá a pedir ao governo é que se esforce primeiro por que as escolas officiais portuguezas se pareçam com essas. De outra forma, effectivar a obrigatoriedade seria praticar um crime.

Um crime — e um crime enormissimo, — pelo seguinte : todos que conhecem destas coisas sabem que é verdadeira a afirmação do sr. Adolfo Coelho : « Nas condições mais gerais em que entre nós se acha a escola — diz s. ex.^a — sobretudo a popular, e o seu ensino, a obrigação da frequencia é um dos meios pelos quais o Estado fomenta a criminalidade e a ruina, pelo menos em parte, das intelligencias infantis. » O professor Palyart acusa a escola primaria de agravar a decadencia nacional em vez de a combater ; mostra que a sua actual orientação obriga o professor a agir sobre os alunos pela fôrça e pelo medo ; afirma que nela « a criança estuda gramatica, e desconhece a lingua ; estuda aritmetica, e não sabe contar ; estuda geometria, e não sabe medir ». Por seu lado, o dr. Alfredo Luis Lopes demonstrou pela estatistica que havia em Portugal maior percentagem de criminosos entre os individuos não analfabetos do que entre os individuos analfabetos. Bonito resultado !

O mecanismo que produz estes efeitos pode observar-se na popula-

¹ A proposito : há liceus com os nomes de Eça de Queiroz, Fialho de Almeida, Passos Manuel ; não há um liceu com o nome de Verney, de-Ribeiro Sanches, dos Gouveias. Pois não é absurdo ?

ção da Tutoria da Infancia. Entrevistado pelo *Seculo*, o dr. Sousa Costa revelou que a estatística daquela instituição corrobora as afirmações dos pedagogos, a saber: que a escola primaria tal como a temos é um foco de infecção espiritual, um flagelo terrivel, uma ameaça á comunidade. Os rapazes do campo que por ela passam tomam ali o desprezo ao trabalho agricola, e fogem para as cidades, a reforçar os bandos dos criminosos e dos vadios: a aula é um viveiro para a Tutoria, uma fornecedora dos calabouços. Tal o efeito de toda a escola que faz do ensino do *abc* (e não do treino para o trabalho produtivo e da prática moral na comunidade) a sua principal incumbência; tal o resultado da imensa Burla com que teem vitimado a Nação os seus directores espirituais.

Quem, nestas condições, reclama obrigatoriedade, poderia outrosim, com perfeita logica, pedir que se tornasse compulsório todos os cidadãos portuguezes darem cada manhã a seus filhos três decilitros de cognac, por exemplo, ou algumas gôtas reconfortativas de acido sulfurico concentrado. Seria um equivalente fisiologico do trabalho espiritual que realiza a escola, a qual ganharia no lar domestico uma conspícua colaboração.

O remedio é outro, senhores defensores da obrigatoriedade: tornem a escola benefica, em lugar de funesta, e em vez de repulsiva atraente, e logo a frequencia aumentará. Tal como existe, só nos cabe louvar os pais que não mandem lá os seus filhos, que os mandem mesmo fugir da escola; e muito mais os louvaríamos se eles soubessem exigir, com firmeza, a reforma *efectiva* da nossa instrução, — a reforma dos métodos, a reforma dos professores.

Entristecem as boas vontades que se perdem neste sorvedouro da instrução publica. Frequentissimamente se lê nos jornais que tal benemerito deu um edificio escolar á sua terra. Alguns dêses edificios ficam desertos, e assim se arruinam. Não ha quem explique aos benemeritos que a instrução deve corresponder ás necessidades regionais; e que um edificio escolar é coisa não só inutil, mas nociva, quando não haja *bons* professores para ensinar (para ensinar *bem*) os *conhecimentos de que a população carece*; êses conhecimentos, e não outros. Portanto, cumpre: 1.º, inquirir o que é preciso ensinar (nunca só o *abc*); 2.º, dar dinheiro para se conseguir o *bom* professor, ou os *bons* professores, das materias a ensinar; 3.º (*e só então*) dar dinheiro para o edificio. De contrario, ou o edificio fica ás moscas, por ninguem sentir necessidade dos conhecimentos que lá se fornecem; ou a população é tão heroica que manda os seus filhos ao edificio, e paga caro o seu heroismo com irem parar á Tutoria, ou a coisa pior. Não vejo que haja benemeritos que instituem, por exemplo, pensões para estudos pedagogicos no estrangeiro, ou que procurem inquirir das condições sociais dos conterraneos. É seria isso o natural: antes de pensar no edificio, convêm pensar no professor; antes de pensar no professor, convêm perguntar á *realidade* quais são os interesses das populações. Porque o primeiro cuidado do filantropo, quando faz filantropia, deverá ser... não causar dano á sociedade. — A. S.

*

Os Catolicos portuguezes e a sua organização. — Achamos excelente que todas as classes, todas as crenças, todos os interesses legitimos se organizem; achamos portanto excelente que se organizem os

Catolicos; e sabendo que estes acabam de fundar um Centro, procurá-mos lêr na melhor fonte — a *Ordem* — o relato da inauguração. Esse relato sugeriu-nos algumas dúvidas, que vamos expôr.

Antes de tudo, cumpre-nos declarar o nosso protesto contra a maneira bronca e facciosa, — ininteligente e impolitica, anti-liberal e anti-humana, — com que entre nós se realizou o excelente principio de separação do Estado e das Igrejas; e fazemo-lo, em primeiro logar porque é um dever, e em segundo porque só depois disso podemos arrogar o direito de apresentar aos Catolicos, francamente, as nossas dúvidas, que são de uma simplicidade quasi infantil. Limitemo-nos, por hoje, ás seguintes:

— «Viviamos uma vida tranquila», disse um orador da inauguração, «no cumprimento dos nossos deveres religiosos. E contudo os alicerces do edificio social eram minados. Um dia ruiu com grande espanto, e desde então passámos a ser tratados como parias...»

Acreditamos que os Catolicos viviam uma vida tranquila; ¿mas viveriam realmente no cumprimento dos seus deveres religiosos? ¿A tranquillidade — dentro de um edificio social de maus alicerces — não iria até ao ponto de se tornar incompativel com o dever de um homem de fé? ¿E concebe-se que sendo eles, segundo o que disse outro orador, 80 a 90 por cento do País, e cumprindo o seu dever religioso, as traves do sobredito edificio tivessem a carcoma que nós sabemos? «Vigiai, diz o Evangelho, para que não suceda que vindo o Senhor vos ache dormindo...» (S. Marcos, XIII, 36). ¿Essa tranquillidade dos Catolicos não seria o «dormindo» das Escrituras?

— «As liberdades não se pedem», afirmou o mesmo orador, «as liberdades conquistam-se.»

Muitissimo bem. ¿Mas essa conquista não a deve realizar sobretudo o homem religioso pelo seu prestigio? e êsse prestigio não deve sêr o resultado de um *serviço social*? Que tem feito os dirigentes do Catholicismo portuguez para o progresso moral e material do povo portuguez? Qual a *obra social* dos nossos Catolicos? Não seria ela, essa obra, a melhor afirmação dos seus direitos? «De tal sorte brilhe a vossa luz diante dos homens: *que vejam as vossas boas obras*, e deem gloria a vosso Pai, que está nos ceus.» (S. Mateus, V, 16).

— «A nossa conduta está traçada. Necessitamos de ter no Parlamento o porta-estandarte das nossas reivindicações.»

Aprovamos o porta-estandarte das reivindicações. ¿Mas concebe-se que o traçado de conduta do homem religioso se limite ao capitulo *reivindicações*? E essa insistencia nos direitos com obliteração dos deveres não será aquilo mesmo de que os muito zelosos defensores da «ordem» constantemente estão exprobandando toda a especie de adversarios? Não se obterá a ordem pelos deveres, — sobretudo pelo de criar bens sociais que minorem os males sociais de que dimanam as desordens?

E para não acabar preguntando, registremos uma afirmação que não suscita dúvidas, mas só aplausos:

— «E' preciso acentuar bem alto: o centro não tem politica, nem vem fazer sombra a ninguem. E' uma organização de ordem, *fóra e acima de todos os partidos e regimens.*»

Assim seja, e assim se conserve. — A. S.

Representação profissional. — Temos defendido, desde há muito, o principio da representação profissional; não podemos porisso censurar o governo por o ter agora introduzido na lei; mas lembramos á Nação que (não tendo a lei poder criador) a verdadeira representação profissional não fica existindo por êsse facto. O problema é êste: as associações a quem é dado o eleger senadores representam todas, verdadeiramente, as respectivas classes, e um pensamento construtivo dessas classes? Algumas delas não representam a classe; nenhuma representa um pensamento; representam aquelas um grupo pouco importante na sua classe, e mais ou menos um grupo partidário; de maneira que a eleição por elas feita reinstala, pura e simplesmente, a eleição de clientela que se pretendia evitar.

Conclusão: antes da reforma legal é necessaria a reforma psicologica, educativa; antes da *representação* de classe cumpre que haja o *espírito* de classe, o *espírito* associativo, e o *espírito* civico dentro da classe. Antes da reforma do espírito público todas as ideas serão sofismadas, tudo será circulo vicioso, e todas as reformas legislativas, desilusões. Aplica-se a êste caso o que dissemos em tempo ácerca do regionalismo: «A primeira solução que ocorreria a muita gente seria começar por pedir ao Parlamento uma reforma nêsse sentido. Não poderia haver erro maior: seria inevitavel, por êsse metodo, o mais retumbante dos fracassos, porque se as simples soluções legislativas são sempre uma quimera, muito naturalmente e principalmente o seriam nêste caso. Trata-se com efeito de realizar o sistema da maxima iniciativa; ora a maxima iniciativa só se pode obter começando pela iniciativa, por pacientes esforços preliminares, por uma gradual educação dessa iniciativa. Em rigor a descentralização não é um problema administrativo, resolvel por meios da politica: é um problema pedagogico. Não pode a autonomia ser-nos apresentada pelos governantes; tem de ser conquistada pelos governados, pacientemente, todos os dias. Nem monarchia, nem republica, nem a insurreição a podem dar; nem a sua conquista, a bem dizer, é uma luta com o poder central, mas sim uma luta com a nossa preguiça¹.»

Pode-se alegar que a introdução, na lei, do principio da representação profissional, constitue uma forte propaganda dêsse principio. Imensamente desejamos que assim seja; mas receamos que da viciosa applicação que os interessados lhe vão dar resulte uma contra-propaganda, e mais forte ainda. «O governo que caminha mais depressa do que o povo», escreveu um inglês, «é inevitavelmente obrigado a retroceder, assim como o que se atrasa na sua marcha é afinal arrastado para diante. Na ordem da natureza, o character colectivo de uma nação deve encontrar os seus *resultados* convenientes nas suas leis e no seu governo, da mesma forma que a água encontra, por si, o seu proprio nivel.» — A. S.

*

Bibliografia. — *Portugal Economico*, pelo sr. Anselmo de Andrade, Coimbra, 1918, F. França Amado, tomo primeiro, 438 pags.

E' duma leitura dolorosa; cada capítulo é uma scena triste da vida portuguesa: o primeiro tomo do *Portugal Economico* é o primeiro acto

¹ A função social dos estudantes; pags. 21-2.

da tragedia nacional escrita em resumo de economia política. A nossa miséria, de mistura com a nossa vergonha de actividade, manifesta-se em todos os ramos do trabalho.

Os capítulos do *deficit* das subsistencias, da produção e capital, do custo da vida, dos cereais, dos assucars, da marinha mercante, do commercio e riqueza, da circulação monetária, do banco e notas, afligem até aqueles que habitualmente ocupam o seu espirito com estas questões de economia e finanças portuguezas. Sente-se faltarem-nos os alicerces em que se funda uma nação — a actividade da gente voltada para a riqueza do seu patrimonio.

O livro, como resumo da nossa situação economica e financeira, é magistral; como comparação do nosso estado com o dos outros povos da Europa, é perfeito. Adstricto muito mais aos factos do que ás teorias, é um livro de aritmetica social, e neste sentido é brilhante pela concisão com que cada capítulo versa o assunto e numera nitidamente os phenomenos.

E o livro é oportuno, talvez um tanto tardio, pois é necessario expôr claramente, irrefutavelmente, a este «povo de pedintes», a sua miséria economica a par da sua extraordinaria riqueza de possibilidades, para vêr se acordamos a GREI para o trabalho rendoso e fecundo.

Estimaríamos, porém, que os economistas portuguezes não se limitassem ao resumo e coordenação dos factos economicos, mas trouxessem tambem para o publico os pormenores da economia portuguesa, as soluções dos problemas nacionais, e nos explicassem por exemplo porque é que, sendo o Portugal da Iberia tão rico de terra aravel, e todo num clima que permite aproveitar toda a insolação solar (da maior da Europa) em productos agricolas, e tendo metade da sua população a tratar da terra — não é capaz sequer de tirar do solo o pão, o escasso pão duro da sua GREI.

— E' defeito da terra?

— E' defeito da gente?

— ¿ Onde está, em que mau ajustamento de factores da produção agricola reside o motivo desta vergonha já secular de não produzirmos o alimento e as materias primas fundamentais, que nos levam anualmente para o estrangeiro muitos milhares de contos, *tendo metade da gente a cuidar da terra?*

— ¿ Porque é que, apesar do proteccionismo esmagador para a cultura do trigo, a terra larga do Sul fica pousia e não dá trigo?

— ¿ Porque é que, estando metade do país mal habitado e com o solo pessimamente utilizado, exportamos gente que nos ha-de ganhar o dinheiro para pagarmos ao estrangeiro o alimento e as materias primas fundamentais da industria, em vez de *fixarmos essa gente sem terra na terra sem gente*, a tratar da nossa redempção?

O segundo tomo do *Portugal Economico* esperamol-o com muita curiosidade, para vermos como o sr. Anselmo de Andrade trata o lado social da GREI.

Merece este primeiro tomo um exame demorado e referencias mais largas que a desta simples nota bibliografica: a ele nos havemos de referir nesta revista. Desejamos agora notar apenas que não ha, segundo a lavoura do Sul, aqueles tres milhões de hectares de terreno inulto, que dão quasi metade do país desaproveitado, e que contariam ao Alemtejo

uma notavel area inculta: um milhão e trezentos mil hectares incultos entre «a serra do Algarve e os vales do Tejo e Sado» (pag. 51).

Os pousios e as charnecas são para a lavoura terrenos de cultura, — pouco importando que só sejam lavrados de oito em oito, ou de dez em dez anos.

Inculto em Portugal, só as rochas escalvadas, as areias banhadas pelas marés, a superficie das aguas dos rios e dos estuarios, as áreas ocupadas pelas edificações e applicadas a fins industriais e sociais. O resto não é inculto: de longe a longe a charrua volta as leivas dos pousios e das charnecas; e todo o ano a fauna semi-selvagem do Alemtejo colhe um parco alimento da pastagem natural que a vastidão deserta faz nascer.

Oliveira Martins no *Projecto de lei do Fomento Rural*, art. 57.º, definiu como «terrenos incultos todos aqueles que não produzirem rendimento util para seus donos, e, além disso, os de pousio em que as sementeiras se façam com intervalos superiores a dez anos» (de que retirava as pastagens e os matos necesarios á casa de lavoura); mas esta definição ficou no malogrado projecto de lei do Fomento Rural. Se hoje quisessem legislar neste assunto, facilmente provava a lavoura do Sul que no Alemtejo não havia terrenos incultos senão algumas fragas dos cerros e das escarpas do Guadiana e do Dejebe: o resto ou é terra de cultura ou é terra de pastagem *absolutamente* toda necessaria para a lavoura. — Facil até seria provar que é esta terra de pastagem, magra e aleatoria, a mais util e rendosa na actualidade, e que por mais que alteiem a tabela dos cereais será sempre a terra da pastagem natural a mais lucrativa enquanto durar este ambiente social.

Não será, pois, o desbravamento dos incultos o remedio para o nosso grande *deficit* de pão e demais subsistencias. Este postulado do aproveitamento dos incultos (pag. 52) que vem sendo repetido por todos os economistas, precisa de sêr expresso de outra fórma, sob pena de não corresponder á verdade.

Outro postulado (á força de repetida como indiscutivel a facilidade de aquisição da terra por toda a gente) — o da abundancia de terra á venda, para toda a gente poder sêr lavrador desde que tenha dinheiro ou quem lh'o empreste (pag. 57), merece reparo. No Alemtejo (pode-se dizer sem contradicta) não ha terra á venda. O grande proprietario não vende nem arrenda. Todo o portuguez que quizer ir cultivar uns hectares daquela vastidão de quasi um milhão e meio de hectares *incultos* do Alemtejo, tem de desistir: quando se vender — o que raro acontece — alguma pequena herdade que daria para duas granjas ou meia duzia de casais felizes de gente cultivadora — logo o visinho senhor de herdades absorve a terra disponivel, que passa a integrar-se em dominio maior. E se algum teimoso persistir em querer mercar no Alemtejo um pouco de terra para cultura, depois de se ver forçado a esperar mezes e mezes, hade compra-la por um preço verdadeiramente exorbitante. Asseguro-o por experiencia propria.

Por isso, dando o sr. Anselmo de Andrade como motivo principal a falta de dinheiro para explicar o abandono das terras, «num país onde a fragmentação da propriedade e o seu preço permitem aos pouco abastados a aquisição de um bocado de terra, e onde o ideal do grande nu-

mero dos seus habitantes é ser proprietário e agricultor» (pag. 56), parece que não dá o motivo verdadeiro.

A economia politica, enquanto não estudar toda a complicada serie de factores que influem na producção e no commercio, não numerar o efeito de cada factor, e não resolver a equação do resultado maximo do conjuncto deles na vida da GREI, ficará sendo um catalogo de factos e de teorias, mas não terá nenhuma acção directriz na politica nacional, tão carecida de reformas. O que mais urge estudar em Portugal é a relação da vida social com a vida economica, e n'esta o conjuncto de defeitos no rendimento da producção, para se saber onde reside o motivo de tanta gente a trabalhar e tão poucos artigos produzidos, e onde a razão de tantos recursos naturais desaproveitados, alguns em semi-abandono criminoso, como tanta terra alemtejana, tanta agua para a rega e tanta energia hydro-electrica.

O livro do sr. Anselmo de Andrade deu-nos, e muito bem, as linhas gerais, o resumo condensado, dos factores economicos portugueses. Mais uma vez sabemos que estamos muito mal: falta que nos digam dum modo preciso e pratico como melhorar a nossa economia, base do ressurgimento da GREI. — E. C.

Aos nossos assinantes

Muitos dos exemplares do primeiro numero de «Pela Grei» se extraviaram no correio. Pedimos áqueles dos nossos assinantes que não receberam esse numero o obsequio de o reclamarem para a redacção, Rua do Salitre, 55, 3.º, Lisboa, e a todos, o de nos remeterem pelo correio a importancia da assinatura da primeira serie (\$60).

ACABOU DE SE IMPRIMIR ÊSTE SEGUNDO NUMERO

EM 1 DE MAIO DE 1918